



Relatório e Contas Consolidadas do Grupo

Preservamos os valores sociais,
ao criarmos uma economia sustentável.



COMBOIOS DE PORTUGAL

Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2020)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Fotografias dos separadores: Manuel Moreira

Contactos:

institucional@cp.pt

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico



Índice

PRINCIPAIS INDICADORES	8
O GRUPO CP	11
Quem Somos	12
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	14
ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	14
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	15
SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.	15
SIMEF, A.C.E	15
NOMAD TECH	15
TIP, A.C.E.	16
OTLIS, A.C.E.	16
Modelo de Governo	17
Cadeia de Valor do Grupo	17
ENQUADRAMENTO LEGAL E MACROECONÓMICO	18
Contexto	19
Relato Não Financeiro	20
Enquadramento Macroeconómico	20
O GRUPO EM AÇÃO	22
CP	23
Sumário Executivo	24
Atividade em 2020	24
Gestão dos Meios	27
Procura e Oferta	28
Proveitos	29
Atividade de Manutenção	30
Investimentos	31
Resultados	32
FERNAVE	35
Sumário Executivo	35
Atividade em 2020	35
Recursos Humanos	36

Proveitos	36
Resultados	36
ECOSAÚDE	38
Sumário Executivo	38
Atividade em 2020	38
Recursos Humanos	39
Proveitos	39
Resultados	39
SAROS	41
Sumário Executivo	41
Atividade em 2020	41
Recursos Humanos	41
Proveitos	41
Resultados	42
SIMEF, A.C.E.	43
Sumário Executivo	43
Atividade em 2020	43
Recursos Humanos	44
Proveitos	44
Resultados	45
<u>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</u>	46
Resultados	47
Resultado Líquido do Grupo	48
Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)	49
Resultado Operacional	50
Resultado Financeiro	50
Balanço	51
Ativo	51
Capital	52
Passivo	52
Dívida Remunerada	52
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	53
<u>PERSPETIVAS PARA 2021</u>	54
CP	55
FERNAVE	56
ECOSAÚDE	57
SAROS	58
SIMEF	58
<u>RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2019</u>	59

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	62
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	64
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	70
Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	71
Identificação	71
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	72
Referencial contabilístico	72
Derrogações às IFRS	73
Valores comparativos	73
Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)	73
Bases de mensuração	73
Consolidação	74
O Grupo e a empresa	74
Método de consolidação	79
Perímetro de consolidação	80
Políticas contabilísticas relevantes	82
Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2020	99
Fluxo de Caixa (nota 4)	101
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	101
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)	101
Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)	102
Ativos intangíveis (nota 7)	104
Direitos de Uso de Ativos (nota 8)	105
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)	106
Outros Investimentos Financeiros (nota 10)	107
Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)	108
Inventários (nota 12)	109
Materiais com aplicação em material circulante	110
Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos	110
Peças reparáveis “rotáveis”	110
Restantes materiais	111
Clientes (nota 13)	111
Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)	112
Outros créditos a receber (nota 15)	113
Diferimentos (nota 16)	113
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)	115
Capital Subscrito (nota 18)	116
Reservas Legais (nota 19)	116
Outras Reservas (nota 20)	116
Resultados Transitados (nota 21)	117
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)	117
Provisões (nota 23)	118
Financiamentos Obtidos (nota 24)	118
Outras dívidas a Pagar (nota 25)	120

Fornecedores (nota 26)	120
Adiantamentos de clientes (nota 27)	121
Vendas e Serviços Prestados (nota 28)	121
Subsídios à Exploração (nota 29)	121
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 30)	122
Varição nos inventários da produção (nota 31)	123
Trabalhos para a própria entidade (nota 32)	123
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 33)	123
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 34)	124
Gastos com Pessoal (nota 35)	125
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 36)	125
Outros Rendimentos (nota 37)	126
Outros Gastos (nota 38)	126
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 39)	126
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 40)	127
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 41)	127
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 42)	128
Garantias e Avals (nota 43)	128
Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)	129
Acontecimentos Relevantes Após a Data da demonstração da posição financeira (nota 45)	129
RELATÓRIO DE AUDITORIA	130
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	132
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	134

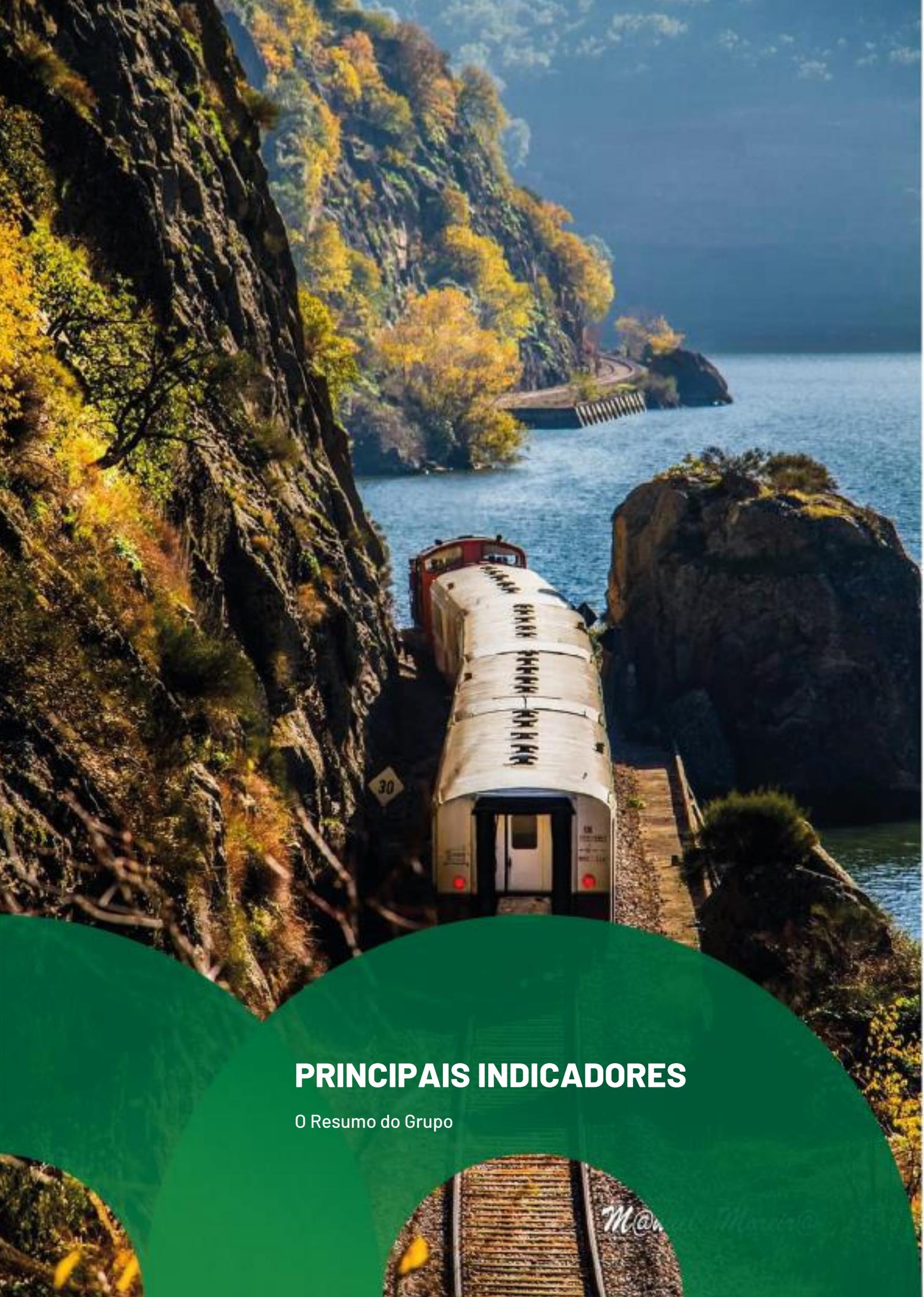
Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Grupo CP.	14
Gráfico 2 - Distribuição dos Clientes do SIMEF em 2020.	45
Gráfico 4 - Fontes de Financiamento do Grupo.	53

Relatório e Contas Consolidadas 2020

PRINCIPAIS INDICADORES

01



PRINCIPAIS INDICADORES

O Resumo do Grupo



Indicadores Operacionais do Grupo	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Procura				
Passageiros (10 ³)	86 910	144 894	-57 984	-40,0%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	2 200 817	4 436 079	-2 235 262	-50,4%
Oferta				
Comboios (10 ³)	404	434	-30	-6,9%
CK (10 ³)	25 662	29 094	-3 432	-11,8%
Recursos Humanos				
CP	3 736	2 646	1 090	41,2%
EMEF	0	1 009	-1 009	-100,0%
Fernave	9	9	0	0,0%
SIMEF	64	60	4	6,7%
Ecosaúde	25	26	-1	-3,8%
Saros	1	1	0	0,0%
Efetivo Final do Grupo	3 835	3 751	84	2%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	242	241	1	0,4%
Locomotivas	35	31	4	12,9%
Carruagens	118	108	10	9,3%

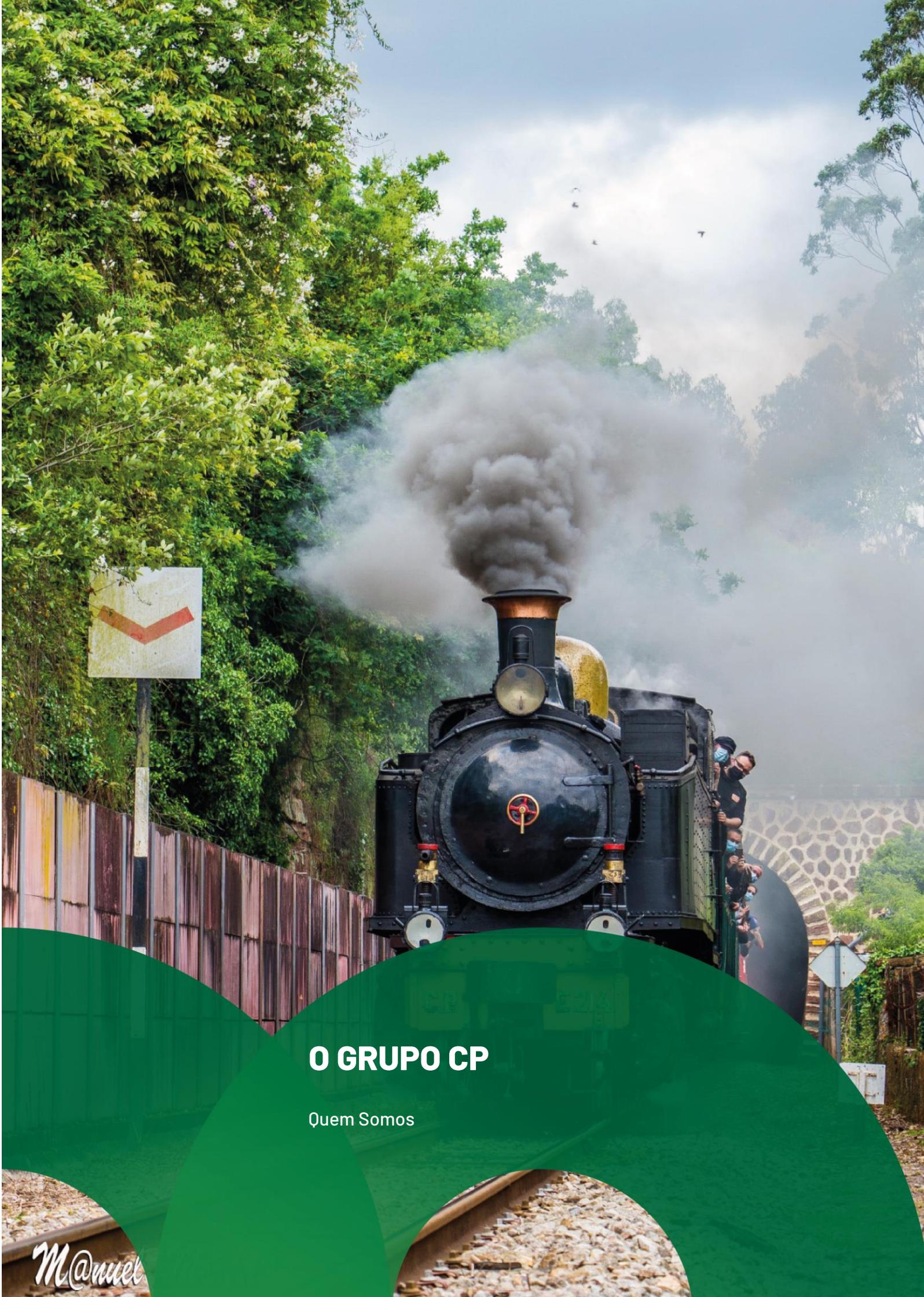
Indicadores Financeiros do Grupo (10 ³ €)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	-64 421	4 513	-68 934	1527%
Resultado Líquido	-95 656	-52 502	-43 154	-82%
EBITDA (*)	-3 050	58 826	-61 876	-105%
Balanço				
Ativo	545 315	595 928	-50 613	-8%
Capital Próprio	-1 871 964	-1 776 514	-95 450	-5%
Passivo	2 417 279	2 372 442	44 837	2%
Financiamentos Obtidos	2 132 357	2 066 901	65 456	3%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* do Grupo.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

O GRUPO CP

02



O GRUPO CP

Quem Somos

Manuel

Quem Somos

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida a 100% pelo Estado. É a Empresa Mãe de um grupo de empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros, detendo ainda participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros Operadores de Transportes.

No dia 1 de janeiro de 2020 a CP passou a incorporar a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., ação que vai permitir reforçar a capacidade operacional e funcional da principal operadora nacional de transporte ferroviário de passageiros.

Na sequência desta fusão, a estrutura da empresa foi reorganizada, para integrar a gestão das atividades de transporte e manutenção do material circulante, tirando partido das sinergias geradas pela melhor afetação de recursos e competências.

No final de 2020 o Grupo contava com quase 4000 Colaboradores, uma frota de 242 automotoras, 35 locomotivas e 118 carruagens. Estes meios permitiram fazer circular 404 milhares de comboios que transportaram, apesar da redução da mobilidade criada pela Pandemia, cerca de 87 milhões de passageiros.

O Grupo prestou ainda serviços de manutenção de material circulante para outros Operadores de Transportes, assim como de formação e de medicina, tanto a Empresas como a Particulares.

Apesar da conjuntura do ano, o Grupo terminou 2020 com um Volume de Negócios de cerca de 174 milhões de euros.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas em 2020:

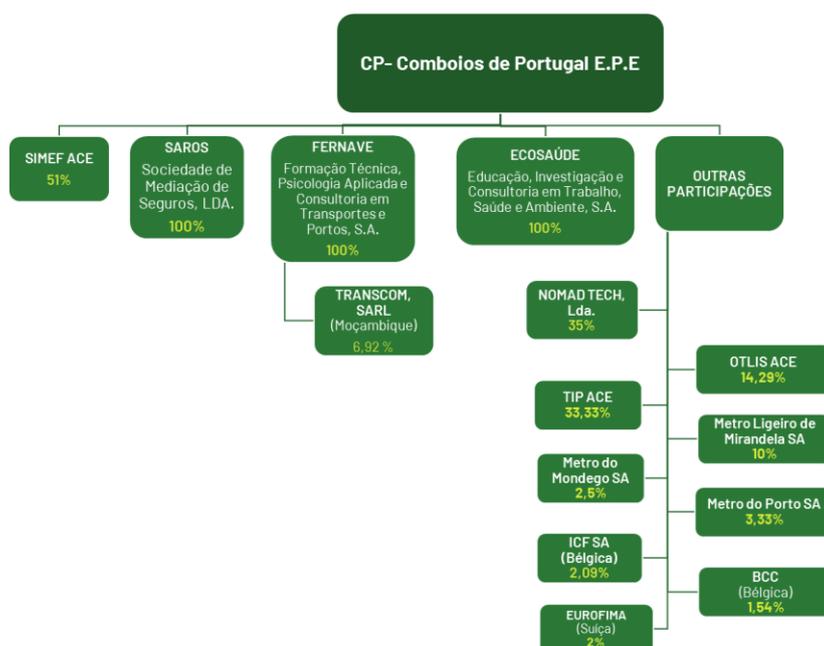


Gráfico 1 - Grupo CP.

Cada uma contribui do seguinte modo para a missão do Grupo no sentido de fornecer mobilidade à sociedade portuguesa:

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros. Engloba ainda a valência de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção. Executa as funções oficiais, não só no seu próprio material circulante como no de outros Operadores de Transportes.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico / profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no

âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700".

NOMAD TECH

A NOMAD TECH desenvolve a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

TIP, A.C.E.

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

OTLIS, A.C.E.

A OTLIS é responsável pelo desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da Grande Lisboa em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

A CP detém ainda algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

Modelo de Governo

O Conselho de Administração da CP tem a seguinte constituição:

Presidente – Eng.º Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

Vice-presidente – Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vogal – Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal – Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal – Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Os Membros do Conselho de Administração da CP exercem ainda os seguintes cargos de Administração nas empresas Participadas:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2020			
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Perelra Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 30-07-2019

Legenda:

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

C.A. - Conselho de Administração

Cadeia de Valor do Grupo

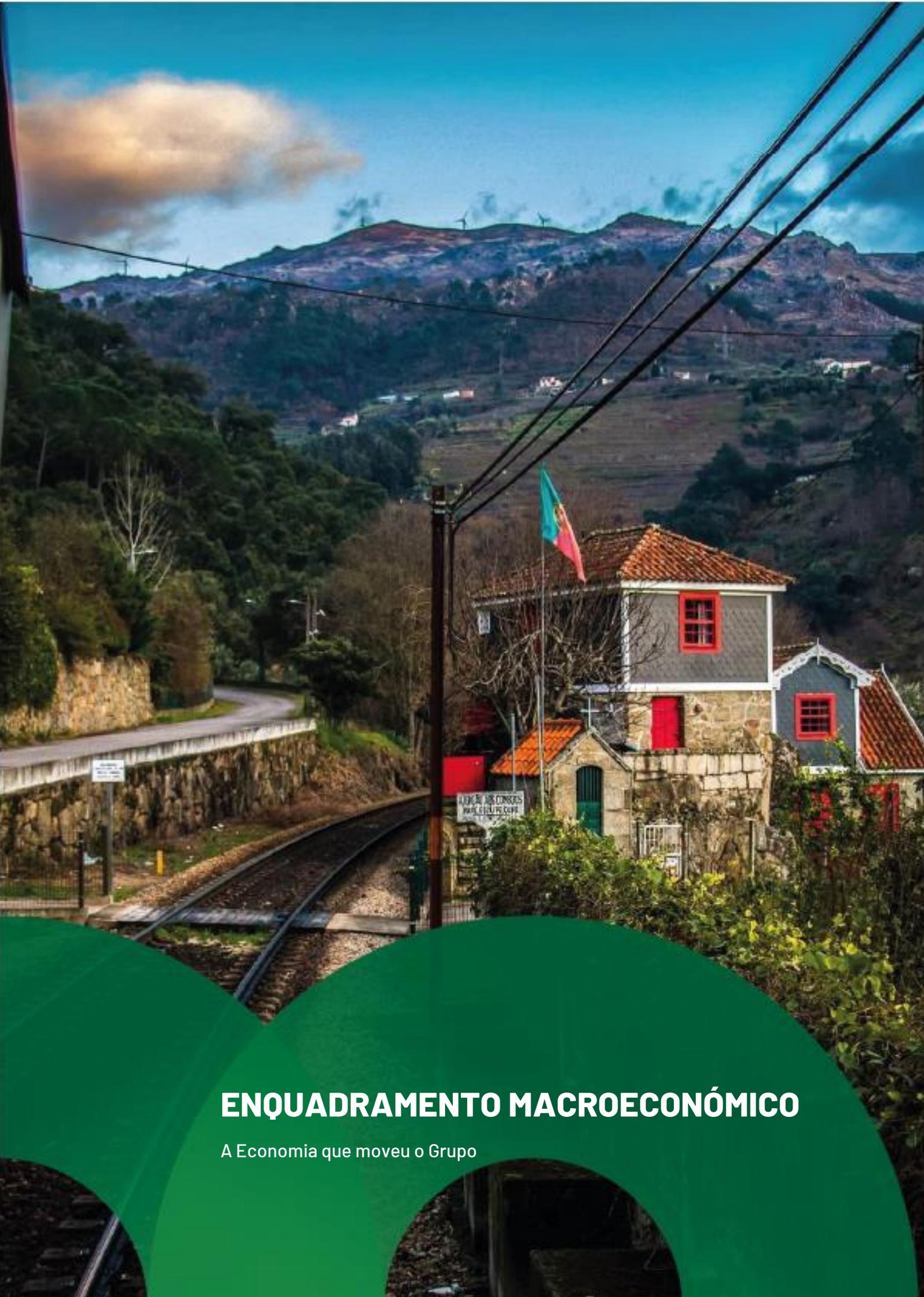
O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	Fernave	EcoSaúde	SAROS	SIMEF
CP	Aluguer Edifícios		<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância,		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante					<input checked="" type="checkbox"/>
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SIMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>				

Relatório e Contas Consolidadas 2020

**ENQUADRAMENTO
LEGAL E
MACROECONÓMICO**

03



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A Economia que moveu o Grupo

Contexto

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, tal como previsto no Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

Relato Não Financeiro

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2020, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Para o exercício em apreço, procederá do mesmo modo, de acordo com o Art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho.

Enquadramento Macroeconómico¹

Contas Nacionais

O ano de 2020 iniciou-se com expectativas elevadas, após um crescimento acima de 2% do PIB em 2019. No entanto, no dia 22 de março², Portugal entrava em estado de emergência devido à pandemia COVID-19 e com ele, veio a retração da Economia para níveis impensáveis nos períodos anteriores, com quase todas as componentes a variarem negativamente.

No 2º trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais registou uma redução homóloga de 16,3%. A redução menos intensa do PIB no 3º trimestre ocorreu no contexto de reabertura progressiva da atividade económica.

Variação do PIB em Portugal (%)					
2018	2019	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020
2,6	2,2	-2,2	-16,3	-5,7	-6,1

¹ Fonte: www.INE.pt e “Conjuntura Macroeconómica Portuguesa” - Ordem dos Economistas.

² [Decreto n.º 2-A/2020](#) (retificado pela [Declaração de Retificação n.º 11-D/2020](#)).

Para esta variação do PIB, contribuiu de forma expressiva a retração da procura interna devido, sobretudo, à contração do consumo privado. A procura externa líquida acentuou essa retração, refletindo uma diminuição sem precedente das exportações de turismo.

Variação do Consumo Privado em Portugal (%)					
2018	2019	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020
2,9	2,3	-0,8	-13,8	-4,1	-4,8

Variação das Exportações em Portugal (%)					
2018	2019	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020
4,5	3,7	-4,8	-40,0	-15,9	-14,1

Relativamente ao saldo orçamental e após o excedente de 2019, a pandemia provocou uma degradação deste indicador com uma perspetiva de um défice da ordem dos 6% em 2020. A dívida pública seguiu a mesma tendência, atingindo novo máximo histórico em 2020.

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego do 4.º trimestre de 2020 situou-se em 7,1%, o que corresponde a um aumento de 0,4 p.p. em relação ao 4º trimestre de 2019.

Apesar da avassaladora redução da atividade económica esta variável não registou variações da mesma dimensão devido ao regime de Layoff simplificado (Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho), destinado a entidades empregadoras que foram sujeitas ao dever de encerramento de instalações por determinação legislativa, no âmbito da pandemia COVID-19.

Por outro lado, uma parte significativa do total da população empregada exerceu a sua profissão em teletrabalho (13,4% no 3º trimestre de 2020 e 12,3% no 4º trimestre).

Estes factos tiveram um forte impacto tanto na redução da procura de transporte público como na variação do índice de preços no consumidor.

Inflação

A partir de abril de 2020 a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se sempre em valores negativos, com exceção do mês de junho. Para o conjunto do ano, o IHPC registou uma variação média anual de -0,01% (tendo registado uma média de 0,34% em 2019).

A conjuntura nacional e internacional relatada neste capítulo levou os indicadores de gestão do Grupo CP a apresentar valores muito inferiores aos de anos anteriores.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

O GRUPO EM AÇÃO

04



O GRUPO EM AÇÃO

Os acontecimentos no Grupo

CP

Sumário Executivo

O ano iniciou-se de forma auspiciosa com a fusão da CP com a EMEF.

Contudo, a atividade de 2020 fica marcada pelo efeito da pandemia COVID-19.

Após dois meses com um crescimento da procura em linha com o que vinha a ocorrer nos anos anteriores, induzida não só pelo crescimento da economia portuguesa como pelo do Turismo, a partir do mês de março, o cenário alterou-se drasticamente, com fortes restrições à atividade económica e à mobilidade.

No terceiro trimestre observou-se alguma recuperação dos indicadores, com uma retração do PIB menos gravosa que no período anterior e com alguma retoma da mobilidade, mas no último trimestre observou-se novo agravamento com o regresso das restrições à mobilidade devido ao aumento dos casos de infeção e de internamentos hospitalares.

Durante este período a CP nunca descuroou as suas responsabilidades, protegendo e informando os seus clientes e trabalhadores, assegurando a sua função de prestar mobilidade ininterruptamente a todos os que não puderam parar de se transportar, apesar do confinamento generalizado.

Atividade em 2020

Das ações realizadas no âmbito do combate e mitigação dos riscos da pandemia destacam-se:

Informação a Clientes e Trabalhadores

Ações de divulgação, tanto no *site* da Empresa como nas bilheteiras, no material circulante e noutros locais de trabalho.

Proteção de Clientes e Trabalhadores

Diversos procedimentos para a identificação, tratamento e encaminhamento de casos suspeitos, incluindo a criação de Linha de Apoio Médico na Ecosáude (Empresa Participada da CP vocacionada para a saúde e segurança no trabalho) e a distribuição de equipamentos de proteção aos trabalhadores.

Redução dos Contactos dos Clientes

Abertura dos canais de controlo de acesso às plataformas de toda a rede da zona Urbana de Lisboa.

Alterações da Oferta Decorrentes da Pandemia

Foram realizados mais de 25 planos de exploração desde março, com supressões ou retoma de horários, conforme existiam restrições à mobilidade ou abrandamentos do confinamento.

Certificação COVID CLEAN

Em agosto, no seguimento de todas estas medidas, a CP obteve a importante certificação COVID CLEAN, um selo de garantia do cumprimento das Boas Práticas e das Recomendações da Direção-Geral da Saúde na Gestão de Riscos Biológicos.

Quanto aos principais eventos:

Fusão por incorporação da EMEF na CP

No dia 1 de janeiro de 2020 a CP passou a incorporar a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., ação que vai permitir reforçar a capacidade operacional e funcional da principal operadora nacional de transporte ferroviário de passageiros.

Na sequência desta fusão, a estrutura da empresa foi reorganizada, para integrar a gestão das atividades de transporte e manutenção do material circulante, tirando partido das sinergias geradas pela melhor afetação de recursos e competências.

Reabertura da Oficina de Guifões

A reabertura da Oficina de Guifões permitiu o aumento da capacidade industrial da empresa. Terá como principais funções, a recuperação de veículos até agora imobilizados, as futuras reparações gerais do material afeto ao serviço urbano do Porto, bem como a modernização da atual frota de automotoras *Diesel*.

Conforme previsto na RCM n.º 110/2019, constitui uma das etapas para a criação de um centro de formação profissional, a par de uma incubadora de empresas orientadas para a ferrovia.

Reabertura das Oficinas da Figueira da Foz

Em novembro foi reaberta a Oficina da Figueira da Foz, que se encontrava encerrada desde 2011. Esta oficina reforçará a capacidade para manutenção de material circulante, centrando neste momento a sua atividade na manutenção e reparação das unidades da série UTD 592 que operam na Linha do Oeste, assim como na pintura de material circulante e na remoção de graffitis.

Reposição ao Serviço de Material Circulante Imobilizado

Assistiu-se durante o ano a uma gradual renovação da função manutenção e ao restauro de vários veículos da frota da CP que estavam desativados, o que permitiu reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões.

Visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Obrigações de Serviço Público

O Contrato de Obrigações de Serviço Público entre a CP e o Estado foi assinado em novembro de 2019. Em final de junho de 2020 o Tribunal de Contas concedeu o visto prévio ao mesmo, o que permitiu que se iniciassem as transferências das compensações financeiras pelo serviço público de transporte prestado pela empresa, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

Assinatura do contrato para Aquisição de 22 Automotoras

Foi assinado em outubro o contrato para aquisição de 12 Automotoras Bi-Modo (as quais podem circular tanto em linhas eletrificadas como não eletrificadas) e de 10 Automotoras Elétricas para o serviço regional.

O contrato aguarda visto prévio do Tribunal de Contas.

Aquisição de 51 Carruagens à RENFE

A CP adquiriu, no terceiro trimestre de 2020, 51 carruagens à RENFE. Foram de imediato iniciados os trabalhos de reabilitação, assim como a adaptação à imagem CP. As primeiras unidades deverão entrar ao serviço no primeiro semestre de 2021.

Desgrafitagem de material

Mediante o reforço e reorganização da equipa afeta à atividade de desgrafitagem do material, a melhoria da utilização dos pórticos de lavagem e a redução do tempo médio de intervenção, foi reduzida drasticamente a percentagem de material a circular grafitado.

Novo sistema de informação aos passageiros

Foi apresentado o protótipo de sistema de informação aos passageiros, apelidado de "NextStop". Este protótipo, desenvolvido internamente, surgiu da necessidade de instalação de um sistema de informação aos passageiros nas carruagens Arco, recentemente adquiridas à RENFE, mas poderá ser adaptado a todas as automotoras e carruagens ao serviço da CP.

Melhorias no acesso aos comboios para os Clientes com Necessidades Especiais

Foi desenvolvido um protótipo de nova rampa de acesso para Clientes com Necessidades Especiais para as UME 3400 do serviço Urbano do Porto. Destinam-se a facilitar o embarque e desembarque destes Clientes na quase totalidade das estações servidas por aquele material, com previsão de instalação na totalidade do parque de 34 automotoras até ao final do primeiro semestre de 2022.

Loja CP na Estação de Belém

Na Estação de Belém, na Linha de Cascais, foi criada uma bilheteira com novo conceito de loja, marcada por uma imagem uniforme e contemporânea, transmitindo a identidade gráfica da Marca e integrando vários serviços da Empresa num só espaço.

Mais Serviços na Bilheteira Online e na App CP

Desde o início de março, passou a ser possível comprar na Bilheteira Online e na App CP viagens para os comboios Regionais, Interregionais e Urbanos de Coimbra. Esta opção já se encontrava disponível para a compra de bilhetes para os serviços *premium* da CP.

Atualização Tarifária

Foi implementada, a 1 de janeiro de 2020 uma atualização tarifária de 1,4% nos serviços Alfa Pendular e de 0,38% nos restantes serviços, com exceção dos títulos ocasionais (bilhetes) dos serviços Urbanos de Lisboa, que se mantiveram inalterados.

Novos Acordos de Empresa

Culminando um processo negocial iniciado em 2018, foi formalizada a assinatura de três Acordos de Empresa (AE), que refletem a revisão de anteriores AE vigentes na CP e na EMEF. Estes novos Acordos contiveram cláusulas de expressão pecuniária com aplicação retroativa a 2019.

Gestão dos Meios

Recursos Humanos

No início de 2020, na sequência da fusão por incorporação da EMEF na CP, transitaram para o quadro da CP os trabalhadores da sua antiga Participada. O efetivo total a cargo no final do ano de 2019 nas duas empresas era assim de 3.655 trabalhadores. No final de 2020 o efetivo total a cargo situou-se nos 3.736 trabalhadores.

Durante o ano entraram no quadro da empresa 171 colaboradores por contratação e saíram 92, maioritariamente por reforma ou rescisão. Verificou-se ainda o regresso de 2 colaboradores após impedimento prolongado.

A taxa de absentismo registou um aumento de 1,2 p.p. relativamente ao ano anterior, atingindo o valor de 8,4%. Os principais motivos foram as ausências por doença e por assistência à família no âmbito da pandemia.

A taxa de trabalho suplementar apresentou uma diminuição de 5,5 p.p. relativamente ao ano anterior, registando um valor de 8,6%.

Comparativamente ao ano anterior a Empresa regista agora a atividade de manutenção, com o correspondente acréscimo de pessoal, pelo que é natural que não exista comparabilidade nas taxas de gestão de pessoal.

Em 2020 foram ministradas mais de 75 mil horas de formação, a cerca de 4 000 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP. A segurança foi o tema onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.

Frota

No final de 2020 a CP dispunha de 395 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial com a seguinte tipologia:

Tipologia do Material	2020	2019	Δ 20-19
Automotoras Elétricas	191	189	2
Automotoras Diesel	51	52	-1
Locomotoras Elétricas	26	24	2
Locomotoras Diesel	9	7	2
Carruagens	118	108	10
TOTAL	395	380	15

Nota: Foi alterado o conceito de "Parque Ativo" face ao último Relatório e Contas.

Na sequência da implementação da estratégia de reposição ao serviço de material imobilizado, para aumento dos índices de regularidade, durante o ano de 2020 entraram em serviço 17 unidades.

Foi, por sua vez, imobilizada uma automotora elétrica da série CPA 4000 afeta ao serviço Alfa Pendular que sofreu um gravíssimo acidente na Linha do Norte no final do mês de julho de 2020.

No parque acima indicado incluem-se 23 automotoras *diesel* alugadas à RENFE, afetas ao serviço Regional e ao "Celta" (ligação internacional Porto-Vigo). Durante 2020 foi devolvida uma automotora à RENFE.

A CP dispõe ainda de 16 unidades afetas aos Comboios Históricos, 10 unidades ao Comboio Socorro e 7 Locotratores, que prestam serviço interno de apoio às oficinas.

No terceiro trimestre de 2020 foram adquiridas à RENFE 51 carruagens, ainda em reabilitação.

Procura e Oferta

Após quatro anos particularmente positivos para a CP, com um crescimento recorrente da procura, as restrições à mobilidade descritas anteriormente trouxeram uma retração na procura sem precedentes.

O ano terminou com cerca de 87 milhões de passageiros transportados, depois de, em 2019, se ter aproximado dos 145 milhões, o que representou uma quebra de 40% relativamente ao ano anterior.

Passageiros (*10 ³)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	65 940	103 292	-37 351	-36,2%
Serv. Urbano Porto	11 647	23 674	-12 027	-50,8%
Serv. Urbano Coimbra	559	890	-331	-37,2%
Serv. Longo Curso	2 604	6 468	-3 863	-59,7%
Serv. Regional	6 126	10 341	-4 215	-40,8%
Serv. Internacional	33	230	-197	-85,6%
TOTAL	86 910	144 894	-57 984	-40,0%

Em termos de oferta, num ano fortemente impactado pelos efeitos da pandemia COVID-19, foram implementados mais de 25 Planos de Exploração. Ainda assim, a CP manteve a generalidade da sua oferta.

A principal alteração ocorreu entre 18 de março e 4 de maio com a aplicação de um plano de contingência com a redução de 25% do número de comboios realizados, passando de cerca de 1 400 ligações para 1 050 ligações em dia útil. De referir ainda a suspensão prolongada dos serviços internacionais.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	6 248	6 540	-292	-4,5%
Serv. Urbano Porto	4 501	4 594	-94	-2,0%
Serv. Urbano Coimbra	456	481	-26	-5,3%
Serv. Longo Curso	5 861	8 017	-2 156	-26,9%
Serv. Regional	8 378	8 618	-239	-2,8%
Serv. Internacional	218	843	-625	-74,1%
TOTAL	25 662	29 094	-3 432	-11,8%

Proveitos

A evolução dos proveitos de tráfego acompanhou a tendência da procura, tendo a sua redução sido ainda mais acentuada, na ordem dos 45%.

Os proveitos situaram-se nos 151 milhões de euros, o que constituiu uma redução de 123 milhões de euros face ao ano anterior. De referir que, este valor inclui participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

Proveitos Tráfego (*10 ³ €)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	72 628	95 342	-22 714	-23,8%
Serv. Urbano Porto (*)	18 954	30 706	-11 752	-38,3%
Serv. Urbano Coimbra	737	1 197	-460	-38,5%
Serv. Longo Curso	41 448	110 036	-68 588	-62,3%
Serv. Regional	15 461	27 917	-12 456	-44,6%
Serv. Internacional	1 423	8 652	-7 229	-83,5%
TOTAL	150 652	273 850	-123 198	-45,0%

Nota: não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

Atividade de Manutenção

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção de material circulante ferroviário foi internalizada.

Esta atividade destina-se principalmente a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2020 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas. Foi concluído o projeto de intervenções de meia-vida nos CPA.

Com o objetivo de reforçar o parque ativo e na sequência do reforço da capacidade oficial, procedeu-se à reposição ao serviço de diverso material que se encontrava imobilizado, nomeadamente:

- 3 automotoras da série UQE 2300/2400, com instalação de novos conversores de tração com IGBT, para reforço do serviço suburbano de Lisboa;
- 6 carruagens Schindler para o serviço regional da linha do Douro e serviços turísticos;
- 4 carruagens Inox Sorefame para o serviço regional na linha do Douro e Minho e serviços turísticos;
- 2 locomotivas elétricas das séries LE 2600 / 2620 para o serviço regional na Linha de Minho e para criação de redundância às LE 5600;
- 2 locomotivas Diesel elétricas LD 1400 para reforço do serviço na linha do Douro e serviços turísticos;
- 1 carruagem de via estreita (1629007) para serviço nos comboios históricos;

- 1 locomotiva *Diesel* elétrica LD 1550, incluindo a instalação de sistemas Convel e RSC, para afetação ao comboio socorro do Entroncamento;
- Reabilitação do locotrator 1156 para manobras dentro do Parque oficial de Guifões.

Após a aquisição, no terceiro trimestre, de 50 carruagens à RENFE, procedeu-se à remoção do amianto e deu-se início à sua reabilitação.

Foi recuperado o CPA 4007, na sequência do acidente ocorrido em finais do mês de abril de 2020.

Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- Metro do Porto - manutenção da frota EUROTRAM E TRAMTRAIN e foi concluída a revisão geral dos 960.000Kms dos veículos da frota EUROTRAM;
- RENFE - manutenção das automotoras *diesel* da série 592, alugadas à CP, e realização de uma intervenção tipo R2 neste material;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões;

Para o SIMEF, MEDWAY e FERTAGUS foram executadas reparações de rotáveis.

Os serviços prestados a clientes externos representaram 15,5 milhões de euros do volume de faturação.

Investimentos

Foram realizados em 2020, cerca de 21 milhões de euros de investimentos. Destes, cerca de 80% foram despendidos na modernização do material circulante e 10% em intervenções em Instalações Fixas.

Investimento Total	Valor Realizado	Peso
Valores em Euros		
Aquisição de Material Circulante	587 523 €	2,8%
Modernização de Material Circulante (*)	16 660 424 €	79,6%
Trabalhos para a própria Empresa	14 047 696 €	67,1%
Outros Material Circulante	2 612 728 €	12,5%
Instalações Fixas	2 172 069 €	10,4%
Equipamentos	820 032 €	3,9%
Equipamentos Comerciais	52 016 €	0,2%
Informatização	636 505 €	3,0%
TOTAL	20 928 570	100,0%

(*) Inclui Trabalhos para a Própria Empresa

Com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, realizadas internamente, que têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança ou a modernização / modificação do material circulante, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

Na rubrica de “Aquisição de material circulante” inclui-se o primeiro adiantamento pela aquisição de 50 carruagens à RENFE e as despesas com a remoção de amianto das mesmas.

Apesar de ter ocorrido a assinatura do contrato de aquisição de 22 automotoras para o serviço regional, não houve lugar a qualquer realização financeira, uma vez que o contrato aguarda visto do Tribunal de Contas.

Resultados

Notas Introdutórias

Normativo Aplicável

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes a dezembro de 2020, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, em conformidade com o regime de exceção à aplicação do SNC-AP, previsto no n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-B/2020.

Fusão CP e EMEF

Em 1 de janeiro de 2020 foi concretizada a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, tal como definido, no Decreto-Lei n.º 174/2019-B, publicado em 26 de dezembro de 2019. Assim, a CP sucedeu em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF. Nestas circunstâncias, as demonstrações financeiras individuais agora apresentadas, integram a atividade anteriormente desenvolvida pela EMEF no que respeita ao ano 2020, ainda que tal não aconteça com referência ao ano 2019³, usado como comparativo.

³ As demonstrações financeiras de 2019, usadas como comparativo no exercício de 2020, correspondem às demonstrações divulgadas e objeto de certificação com referência ao exercício de 2019, refletindo a participação da CP na EMEF por via da aplicação do método de equivalência patrimonial e sua integração no resultado individual da CP.

Conta de Exploração

Resultado Líquido

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2020/2019		
	REAL 31-12-2020	REAL 31-12-2019	Valor	%	
Vendas e serviços prestados	171 333	280 720	-109 387	-39%	
Vendas e serviços prestados - Passageiros	150 899	274 631	-123 732	-45%	
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	15 475	5	15 470	309400%	
Vendas e serviços prestados - Outros	4 959	6 084	-1 125	-18%	
Subsídios à exploração	88 127	4 0 004	48 123	120%	
Variação nos inventários da produção	3 981	0	3 981	s/s	
Trabalhos para a própria entidade	14 048	0	14 048	s/s	
Outros rendimentos	17 269	20 502	-3 233	-16%	
	294 768	341 228	-46 468	-14%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-22 696	-6 288	-16 408	-261%	
Fornecimentos e serviços externos	-131 145	-175 203	44 058	25%	
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-138 706	-107 725	-30 981	-29%	
Outros gastos	-6 332	-3 886	-2 446	-63%	
	-298 878	-283 102	-5 777	-2%	
Resultado Operacional das Atividades de Transporte e Manutenção* (EBITDA)	-4 121	48 124	-52 245	-108%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-59 211	-52 958	-6 253	-12%	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	548	814	-266	-33%	
Indemnizações por rescisão	-139	-1 290	1 151	89%	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 187	9 153	-7 966	-87%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-4 919	-123	-4 796	-3899%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3 558	-629	-2 929	-466%	
Provisões (aumentos/reduções)	-49	1 721	-1 770	-103%	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	3 486	-465	3 951	850%	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-188	-1 411	1 223	87%	
Outros rendimentos (não core)	2 539	1 711	828	48%	
Outros gastos (não core)	-52	-236	184	78%	
	Resultado Operacional	-84 477	4 411	-68 888	-1682%
Juros e rendimentos similares obtidos	12	526	-514	-98%	
Juros e gastos similares suportados	-30 622	-55 774	25 152	45%	
	Resultado Financeiro	-30 610	-55 248	24 638	46%
	Resultado Antes de Impostos	-85 087	-50 837	-44 250	-87%
Imposto sobre o rendimento do período	-312	-741	429	58%	
	Resultado Líquido do Período	-95 399	-51 578	-43 821	-85%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* da empresa.

O *Resultado Líquido* de 2020 apresentou um agravamento de 85% face ao ano anterior (43,8 milhões de euros), passando de -51,6 milhões de euros, em 2019, para -95,4 milhões de euros em 2020.

Para esta variação contribuiu fundamentalmente a quebra registada ao nível das *prestações de serviços* relativas ao transporte de passageiros, no valor de 123,7 milhões de euros, decorrente da situação de pandemia COVID-19, ainda que parcialmente compensada pelo aumento dos *subsídios à exploração obtidos*, em 48,1 milhões de euros, na sequência do visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Obrigações de Serviço Público.

De referir também a melhoria do *Resultado Financeiro*, em 24,6 milhões de euros, decorrente da redução do passivo remunerado da empresa.

Decorrente da fusão por incorporação da EMEF na CP e conseqüente integração da atividade de manutenção e reparação de material circulante, destacam-se o aumento dos *gastos com pessoal* (sem indemnizações) e dos *custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas* e a redução dos *fornecimentos e serviços externos* e dos *ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos*.

Do lado dos rendimentos, por via da fusão, houve lugar à integração das prestações de serviços de manutenção e reparação e ao registo de *trabalhos para a própria entidade* e de *variação nos inventários da produção*.

Quanto à variação dos *gastos com pessoal*, para além da integração dos trabalhadores da EMEF no quadro da CP e da variação do efetivo, destaca-se a implementação dos Acordos de Empresa assinados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.

Para a diminuição dos *fornecimentos e serviços externos*, contribuiu, a incorporação da atividade de conservação e manutenção de material circulante na CP, motivada pela fusão com a EMEF⁴ e os ajustamentos realizados aos serviços prestados em virtude da situação de pandemia COVID-19, que originaram, entre outros impactos, a diminuição dos encargos com a taxa de utilização da infraestrutura, em 6,4 milhões de euros, com eletricidade, em 4 milhões de euros, com o acordo CP - RENFE, em 3,5 milhões de euros e com o serviço de restauração a bordo dos comboios, em 1,3 milhões de euros.

⁴ Responsável pela redução dos encargos suportados com contratação externa de serviços de conservação e manutenção, ainda que parcialmente compensada pelo surgir de novas rúbricas de gastos decorrentes da atividade de manutenção, destacando-se a de subcontratos - componente industrial.

FERNAVE

Sumário Executivo

Na sequência da reestruturação concluída em 2019, encontravam-se reunidas as condições necessárias para que 2020 fosse um ano de sedimentação e expansão da atividade da FERNAVE.

Contudo e apesar dos primeiros meses do ano terem decorrido como previsto, com a declaração do 1º estado de emergência em todo o País, devido à pandemia, a FERNAVE suspendeu a atividade presencial (ações de formação, exames de avaliação psicológica, reuniões e visitas), tendo, até ao final do ano realizado a maioria da sua atividade on-line.

O efeito da pandemia acabaria por influenciar negativamente os proveitos e, conseqüentemente, os resultados da empresa.

Atividade em 2020

Nos três primeiros meses do ano realizaram-se mais de uma centena e meia de ações de formação, nas várias áreas de competência técnica, nas quais participaram aproximadamente 1.600 formandos, com mais de cinco mil horas de formação.

A formação prestada para a CP incidiu, nomeadamente, sobre a formação inicial, de carácter técnico e comportamental, com incidência na condução, novos equipamentos, regulamentação comercial e de condução, assim como no âmbito dos acidentes e emergência.

Incluiu ainda ações de gestão do stress pós-traumático, inteligência emocional, qualificação e certificação dos colaboradores para as funções de segurança de circulação (SGS) e o desenvolvimento de competências ao nível da produtividade e do bem-estar, nomeadamente em teletrabalho, bem como o trabalho em equipa.

Para a MEDWAY foi realizado um conjunto de ações de formação no âmbito da segurança, promoção e reconversão profissional e prevenção e controlo de alcoolémia.

Em meados do 3º trimestre, a FERNAVE iniciou a 6.ª edição do Curso de Formação Inicial de Maquinistas, abrangendo cerca de três dezenas de formandos.

Em termos de atividade de recrutamento e avaliação psicológica foram realizados cerca de duas centenas de exames, nomeadamente de seleção e controlo periódico.

Mantiveram-se os exames de controlo periódico a Maquinistas e exames de seleção de Maquinistas.

Durante a segunda metade do ano foi ainda realizada a Seleção de Técnicos Licenciados (resultante de concurso interno).

Continuou o apoio à Mystic no âmbito do projeto do Sistema de Mobilidade do Tua com vista à obtenção do pedido de licença de operador ferroviário e à criação do sistema de gestão de segurança, na vertente de operador ferroviário e gestor de infraestrutura.

Prosseguiu o Curso Profissional de Técnico de Gestão de Transportes em parceria com a Câmara Municipal de Cascais (CMC) e com o Agrupamento de Escolas IBN Mucana (Cascais).

Por último, com vista à criação do futuro Centro Tecnológico para a ferrovia e comboio português, a FERNAVE participou na revisão do perfil de Técnico/a de Manutenção e Operação Ferroviária.

Recursos Humanos

A FERNAVE manteve a sua equipa de 9 Colaboradores.

Proveitos

Conforme avançado anteriormente, a atividade da FERNAVE sofreu em 2020, por via da pandemia, uma redução significativa, com reflexo nos proveitos, que registaram uma diminuição de 23% face ao ano anterior.

Proveitos (Valores em euros)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Formação	987 446,00 €	1 252 317,00 €	-264 871,00 €	-21,2%
Psicologia	53 013,00 €	97 974,00 €	-44 961,00 €	-45,9%
Consultadoria	14 403,00 €	17 412,00 €	-3 009,00 €	-17,3%
TOTAL	1 054 862,00 €	1 367 703,00 €	-312 841,00 €	-22,9%

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em euros)	2020	2019	Variação 2020/2019	
			Valor	%
Vendas e serviços prestados	1 054 862	1 367 702	-312 840	-22,9%
Fornecimentos e serviços externos	-374 857	-510 487	135 630	26,6%
Gastos com o pessoal	-366 291	-361 644	-4 647	-1,3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	3 824	-3 824	-100,0%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-42 904	4 140	-47 044	-1136,3%
Outros rendimentos e ganhos	34 997	17 407	17 590	101,1%
Outros gastos e perdas	-31 154	-26 245	-4 909	-18,7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	274 653	494 687	-220 044	-44,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 134	-1 010	-3 124	-3
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	270 519	493 677	-223 158	-45,2%
Juros e gastos similares suportados	-258	-94 943	94 685	99,7%
Resultado antes de impostos	270 261	398 734	-128 473	-32,2%
Imposto sobre o rendimento do período	-26 017	-33 544	7 527	22,4%
Resultado líquido do período	244 244	385 200	-120 956	-33,1%

A FERNAVE concluiu o exercício de 2020 com um Resultado Líquido de 244 milhares de euros, o que representou uma diminuição de 33% face ao ano anterior.

Esta evolução é justificada pelo decréscimo significativo das Vendas e Serviços Prestados decorrente da conjuntura pandémica.

Este impacto acabaria, ainda assim por ser minimizado mediante uma forte redução dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

De referir ainda a diminuição dos encargos financeiros após a reestruturação de capital realizada em 2019.

ECOSAÚDE

Sumário Executivo

Sendo uma empresa vocacionada para a área da saúde, o ano de 2020 constituiu um importante desafio devido à pandemia.

Por outro lado, este flagelo acabaria por constituir uma oportunidade para a recuperação e estabilização do equilíbrio operacional e do capital próprio da ECOSAÚDE.

Atividade em 2020

Tal como aconteceu com a maioria das empresas, a atividade corrente da ECOSAÚDE em 2020 acabaria por ser afetada pela pandemia, registando-se uma diminuição dos diversos indicadores, em especial, do número de atos médicos realizados.

Indicadores de atividade (Unidades)	2020	2019	Variação %
Medicina do trabalho (atos médicos)	10 172	11 666	-13%
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 592	1 609	-1%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	11 187	10 232	9%
Especialidades médicas e de enfermagem	3 399	4 193	-19%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	597	647	-8%
Formação - Volume de horas de formação	4 875	3 621	35%
Formação - N.º de ações formação	24	34	-29%
Formação - N.º de formandos	216	313	-31%

Neste contexto, assumiu particular relevância para o equilíbrio operacional da empresa, a contratação pela CP de serviços extraordinários relacionados com a pandemia, designadamente, a criação de uma Linha Médica de atendimento permanente (todos os dias da semana entre as 7H00 e 23:00), a testagem de trabalhadores e a realização de higienizações urgentes de postos de trabalho.

A ECOSAÚDE prestou ainda apoio e assistência em matéria de acidentes ferroviários, particularmente na mobilização de recursos alocados ao grande acidente de Soure.

O aumento do efetivo da CP, decorrente da fusão com a EMEF, originou um acréscimo de 9% nos testes de alcoolemia, os quais são maioritariamente executados ao pessoal operacional e oficial. Esta área de negócio registou também um incremento junto de outros clientes.

A ECOSAÚDE aprofundou neste exercício a sua atividade no sector dos transportes e portos.

Recursos Humanos

No final do exercício de 2020 a ECOSAÚDE contava com 25 trabalhadores no quadro, menos 1 que no ano anterior.

Proveitos

Os proveitos da ECOSAÚDE têm origem em serviços prestados à CP e às empresas do Grupo e a terceiros, tanto empresariais como particulares. Estes últimos dirigem-se principalmente às especialidades médicas e serviços de saúde prestados na clínica de Lisboa.

Cerca de 47% da faturação é proveniente do Grupo CP, tendo registado um acréscimo de cerca de 33% face ao ano anterior.

Com exceção da Medicina Curativa (Especialidades médicas e de enfermagem), onde o volume de negócios decresceu, todas as outras áreas cresceram, com destaque para a Medicina do Trabalho (por via dos serviços extraordinários relacionados com a Pandemia).

Segmento de Atividade (Valores em €)	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Prevenção e Controlo	107 943	104 459	3 484	3,3%
Medicina do Trabalho	1480 809	1008 459	472 350	46,8%
Higiene e Segurança no Trabalho	649 924	639 249	10 675	1,7%
Medicina Curativa	280 790	330 260	-49 470	-15,0%
Medicina Acidentes	177 959	137 990	39 969	29,0%
Formação	48 215	31 108	17 107	55,0%
TOTAL	2 745 640	2 251 525	494 115	21,9%

Resultados

A ECOSAÚDE encerrou o exercício de 2020 com um Resultado Líquido de cerca de 192 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 210 milhares de euros face a 2019.

Esta melhoria foi impulsionada pelo crescimento do volume de negócios, conforme analisado anteriormente.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um crescimento de 9,9%, decorrente essencialmente do acréscimo de atividade.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em euros)	2020	2019	Variação 2020/2019	
			Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2 745 640	2 251 525	494 115	21,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 644 247	-1 496 252	-147 995	-9,9%
Gastos com o pessoal	-724 215	-704 849	-19 366	-2,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-67 001	-2 661	-64 340	-2417,9%
Outros Rendimentos e Ganhos	1 807	4 128	-2 321	-56,2%
Outros Gastos e Perdas	-14 854	-22 633	7 779	34,4%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	297 130	29 258	267 872	915,6%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-33 540	-27 433	-6 107	-22,3%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	263 590	1 825	261 765	14343,3%
Juros e Gastos Similares Suportados	-13 535	-13 151	-384	-2,9%
Resultado Antes de Impostos	250 055	-11 326	261 381	2307,8%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-58 143	-6 932	-51 211	-738,8%
Resultado Líquido do Período	191 912	-18 258	210 170	1151,1%

Este resultado permitiu que os Capitais Próprios da empresa passassem a ser positivos, em 6 milhares de euros.

SAROS

Sumário Executivo

A atividade de 2020 foi marcada pelo efeito da pandemia COVID-19, tendo-se verificado uma redução do valor dos serviços prestados de 4,3%.

Apesar de uma redução na mesma proporção na maioria das rubricas de gastos, os Resultados registaram uma diminuição face ao ano anterior.

Atividade em 2020

No ano de 2020, a empresa continuou a desenvolver a sua atividade centrando-se nos seguintes pilares:

- Auxílio às empresas do Grupo CP na contratação de novos seguros, designadamente no que se refere à elaboração e revisão técnica das peças concursais (cadernos de encargos e programas de concurso), prestando todos os esclarecimentos que se revelaram necessários;
- Prestação de apoio técnico permanente para esclarecimento de questões diversas que se colocaram no dia a dia;
- Apoio na execução e gestão de todos os contratos de seguro dos quais a Saros é mediadora. Importa referir que a intervenção da Saros não se esgota com a celebração dos contratos de seguro, pois a sua intervenção envolve também a prestação de assistência ao longo do período de vigência dos referidos contratos;
- Apoio na análise de risco e procura de soluções que melhor se adequem às necessidades das empresas.

Recursos Humanos

A empresa continuou a desenvolver a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência. Esta é constituída por dois Gerentes, sendo legalmente obrigatório que um dos Gerentes se encontre habilitado como mediador de seguros.

Proveitos

Em 2020 o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 465 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 4% face ao registado em 2019.

Ramos (Valores em milhares de euros)	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Acidentes Trabalho	232,42 €	234,12 €	-1,71 €	-0,7%
Saúde	166,93 €	158,37 €	8,55 €	5,4%
Responsabilidade Civil	42,20 €	67,13 €	-24,93 €	-37,1%
Multiriscos empresas	16,92 €	20,23 €	-3,32 €	-16,4%
Outros	6,29 €	5,64 €	0,65 €	11,5%
TOTAL	464,74 €	485,493	-20,75 €	-4,3%

Os Ramos de Saúde, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil representaram a parcela mais significativa das comissões auferidas, reunindo, conjuntamente, 95%.

Resultados

Apesar da redução da maioria das rubricas de gastos face ao ano anterior, o decréscimo de proveitos, analisado anteriormente, implicou uma redução de 4% no Resultado Líquido, situando-se nos 389 milhares de euros.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2020	2019	Variação 2020/2019	
			Valor	%
Vendas e Serviços prestados	464 744	485 493	-20 749	-4,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	-9 764	-11 061	1 297	11,7%
Gastos com o pessoal	-54 352	-51 461	-2 891	-5,6%
Outros Rendimentos	86 368	85 942	426	0,5%
Outros Gastos	-9 951	-10 353	402	3,9%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	477 045	498 560	-21 515	-4,3%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	-433	-965	532	55,1%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	476 612	497 595	-20 983	-4,2%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0	0	-
Resultado Antes de Impostos	476 612	497 595	-20 983	-4,2%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-87 724	-92 538	4 814	5,2%
Resultado Líquido do Período	388 888	405 057	-16 169	-4,0%

SIMEF, A.C.E.

Sumário Executivo

No dia 1 de janeiro de 2020, a CP, na sequência da fusão das duas empresas, passou a integrar o Agrupamento por substituição da EMEF, o que originou a alteração da designação do mesmo de EMEF / SIEMENS, ACE para SIMEF, ACE.

Esta alteração não teve impacto no cumprimento das obrigações assumidas perante os Clientes, continuando o SIMEF vinculado aos mesmos padrões de qualidade, celeridade e fiabilidade que o caracterizam e que são reconhecidos pelos Clientes.

Atividade em 2020

O ano de 2020 foi fortemente marcado pelo contexto pandémico de COVID – 19, obrigando a empresa a uma constante adaptação a uma nova realidade.

Este cenário impôs a definição e a adaptação de procedimentos, fluxos e métodos de trabalho, em concordância com as disposições legais e técnicas emitidas pelas Autoridades de Saúde, nacionais e europeias, com o objetivo principal de minimizar os principais riscos decorrentes da Pandemia, particularmente o risco de transmissão da doença.

Perante este contexto, a gestão de topo centrou-se, em primeira instância, na implementação dum Plano de Contingência COVID-19 com as medidas necessárias para assegurar a saúde e segurança de todos os profissionais do SIMEF, garantindo em simultâneo a eficiência e flexibilidade da actividade operacional para responder às necessidades dos Clientes.

Em resultado das medidas de contingência implementadas e do compromisso de toda a Equipa, pelo segundo ano consecutivo o Cliente Medway atribuiu a nota máxima na Satisfação global no inquérito de satisfação realizado.

Do ponto de vista operacional, das atividades desenvolvidas em 2020, destaca-se o início dos trabalhos relativos às intervenções R2 na série LE4700, o qual, para além de permitir alavancar as competências técnicas, se reveste de grande importância também do ponto de vista do negócio, com maior ênfase nos próximos 4 anos.

No âmbito da Inovação e Desenvolvimento merece especial relevância a aposta na digitalização, transversal a todos os departamentos da Organização, que permitiu dar resposta aos desafios colocados pelo trabalho remoto implementado em determinadas funções, possibilitando, também, uma melhoria significativa na eficiência na gestão de diversos processos.

De destacar a continuidade do projeto de implementação da metodologia RCM integrado com a instalação do sistema de Telemanutenção na totalidade das frotas de locomotivas LE4700 e LE5600. Trata-se de uma ferramenta tecnológica de enorme relevância no acompanhamento diário do desempenho operacional das unidades, permitindo deste modo antecipar a tomada de decisão com base no conhecimento da condição dos equipamentos.

Em matéria de Qualidade, Segurança e Ambiente, prosseguiu a implementação do Sistema de Gestão da Segurança na Manutenção, ao abrigo dos requisitos definidos no Regulamento (UE) n.º

445/2011 da Comissão, de 10 de maio de 2011, com as alterações introduzidas pelo Regulamento de Execução (UE) 2019/779, da Comissão de 16 de maio de 2019.

Manteve-se a certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde nos termos da norma NP EN ISO 45001:2018 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e foi renovada a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, ao abrigo da NP EN ISO 9001:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade.

No domínio Ambiental, prosseguiu a identificação, monitorização, tratamento e comunicação dos principais aspetos ambientais decorrentes da atividade do SIMEF.

Recursos Humanos

O SIMEF reforçou a sua equipa em quatro colaboradores, passando a contar com um efetivo de 64 trabalhadores.

No âmbito da gestão dos Recursos Humanos e tendo em conta a situação de pandemia, foram implementadas medidas preventivas, nomeadamente o desfasamento das equipas operacionais e o teletrabalho, para as funções aplicáveis.

No que diz respeito à política de formação, com o intuito de melhorar as capacidades, as competências e as qualificações dos colaboradores, foram ministradas 2.511 horas de formação, que corresponde a cerca de 40 horas de formação por colaborador.

A taxa de absentismo foi de 3,73%, abaixo do objetivo estabelecido de 4%.

Proveitos

O volume de negócios apresentou um incremento de 11%, justificado pela realização de serviços adicionais.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Manutenção de locomotivas LE5600 e LE4700	11 702 136,45 €	10 577 523,56 €	1 124 612,89 €	10,6%
TOTAL	11 702 136,45 €	10 577 523,56 €	1 124 612,89 €	10,6%

Por cliente, a CP e a Medway absorveram a quase totalidade dos serviços prestados pela empresa.

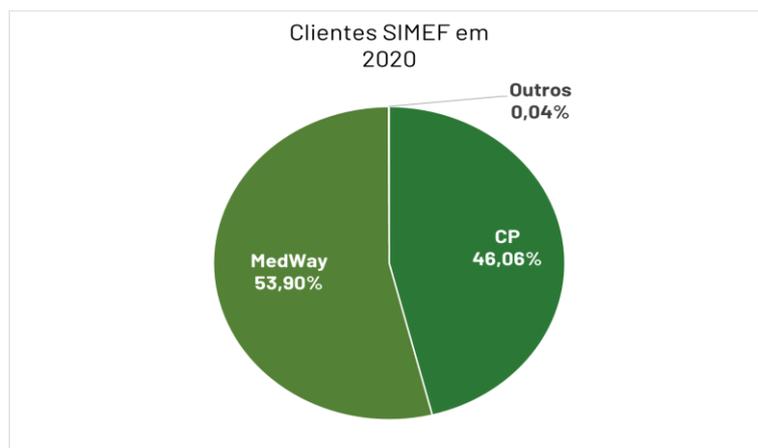


Gráfico 2 – Distribuição dos Clientes do SIMEF em 2020.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em euros)	2020	2019	Variação 2020/2019	
			Valor	%
Vendas e serviços prestados	11 702 136	10 577 524	1 124 613	10,6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 084 399	-1 264 093	-820 305	-64,9%
Fornecimentos e serviços externos	-6 652 458	-6 535 881	-116 577	-1,8%
Gastos com o pessoal	-1 921 953	-1 879 174	-42 780	-2,3%
Provisões (aumentos/reduções)	-92 141	3 300	-95 441	2892,2%
Outros gastos	-9 793	-4 167	-5 626	-135,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	941 383	887 508	43 884	4,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-118 837	-138 460	19 623	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	822 556	759 049	63 507	8,4%
Juros e rendimentos similares obtidos	786	1 295	-508	-39,3%
Resultado antes de impostos	823 342	760 343	62 999	8,3%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0,0%
Resultado líquido do período	823 342	760 343	62 999	8,3%

A situação pandémica que o país atravessa não teve impacto financeiro no SIMEF, não tendo havido alteração, quer do ponto de vista de facturação, quer do ponto de vista da operação / execução de trabalhos.

De referir a facturação de serviços adicionais, que contribuiu para o aumento no valor do resultado líquido.

O resultado líquido no exercício de 2020 ascendeu, assim, a 823 milhares de euros, mais 8,3% que o registado em 2019.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

**ANÁLISE
ECONÓMICO-
FINANCEIRA**

05



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Do Grupo.

Manuel Moreira

Resultados

Resultado Líquido do Grupo

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2020/2019	
	REAL 31-12-2020	REAL 31-12-2019	Valor	%
Vendas e serviços prestados	173 700	304 384	-130 684	-43%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	150 899	273 850	-122 951	-45%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	15 475	21 623	-6 148	-28%
Vendas e serviços prestados - Outros	7 326	8 911	-1 585	-18%
Subsídios à exploração	88 127	40 008	48 119	120%
Variação nos inventários da produção	3 981	-104	4 085	3928%
Trabalhos para a própria entidade	14 048	11 264	2 784	25%
Outros rendimentos	15 476	18 504	-3 028	-16%
	295 332	374 056	-78 724	-21%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-22 696	-26 426	3 730	14%
Fornecimentos e serviços externos	-131 036	-148 318	17 282	12%
Gastos com o pessoal	-138 285	-135 572	-2 713	-2%
Outros gastos	-6 365	-4 914	-1 451	-30%
	-298 392	-315 230	16 848	5%
Resultado operacional das atividades core * (EBITDA)	-3 050	58 826	-61 876	-105%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-60 935	-55 610	-5 325	-10%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	548	814	-266	-33%
Indemnizações por rescisão	-140	-1 290	1 150	89%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	550	1 592	-1 042	-65%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-4 919	4 201	-9 120	-217%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3 625	-1 096	-2 529	-231%
Provisões (aumentos/reduções)	-235	-2 527	2 292	91%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	3 443	-461	3 904	847%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-188	-1 411	1 223	87%
Outros rendimentos (não core)	4 183	1 711	2 472	144%
Outros gastos (não core)	-53	-236	183	78%
Resultado operacional	-84 421	4 513	-88 934	-1527%
Juros e rendimentos similares obtidos	6	192	-186	-97%
Juros e gastos similares suportados	-30 906	-56 104	25 198	45%
Resultado financeiro	-30 900	-55 912	25 012	45%
Resultado antes de impostos	-95 321	-51 399	-43 922	-86%
Imposto sobre o rendimento do período	-335	-1 103	768	70%
Resultado líquido do período	-95 656	-52 502	-43 154	-82%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* do Grupo

O *Resultado Líquido do Grupo CP* apresentou um agravamento de 82% face ao ano anterior (43,2 milhões de euros), passando de -52,5 milhões de euros, em 2019, para -95,7 milhões de euros em 2020.

Esta variação ficou a dever-se, fundamentalmente, à quebra registada ao nível *das prestações de serviços*, no valor de 130,7 milhões de euros, decorrente da pandemia COVID-19, ainda que parcialmente compensada pelo aumento dos *subsídios à exploração obtidos*, em 48,1 milhões de euros e pela redução dos *fornecimentos e serviços externos*, em 17,3 milhões de euros. Também de relevar a melhoria do *resultado financeiro*, em 25 milhões de euros.

Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)

O *EBITDA recorrente das atividades do Grupo*, foi, em 2020, de -3,1 milhões de euros, cerca de 61,9 milhões de euros inferior ao registado no ano anterior. Contribuíram, essencialmente, para esta evolução as seguintes variações:

- Diminuição das *prestações de serviços* em 130,7 milhões de euros, com origem, fundamentalmente, nas *prestações de serviços de passageiros*, que registaram uma quebra de 123 milhões de euros, decorrente da situação de pandemia gerada pelo vírus COVID-19. As *prestações de serviços de manutenção e reparação* apresentaram uma quebra de 6,1 milhões de euros, decorrente, do impacto da pandemia, mas também de um menor número de intervenções de reparação realizadas para clientes externos;
- Redução dos *outros rendimentos*, em 3 milhões de euros, devido, nomeadamente, à quebra de receitas com a venda de cartões para passes e assinaturas, com a cedência de energia e com concessões;
- Aumento dos *gastos com pessoal (sem indemnizações por rescisão)*, no valor de 2,7 milhões de euros, decorrente da variação do efetivo e da implementação dos novos Acordos de Empresa;
- Aumento dos *outros gastos*, em 1,5 milhões de euros, destacando-se os decorrentes de acordos de faturação de transporte de trabalhadores IP (fruto da celebração de novo acordo entre a CP e a IP), indemnizações por danos materiais (acidente ocorrido em Espanha) e de penalidades de contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação a entidades terceiras;
- Aumento dos *subsídios à exploração obtidos*, no valor de 48,1 milhões de euros, na sequência da concessão de visto pelo Tribunal de Contas ao contrato de obrigações de serviço público firmado entre o Estado e a CP e do recebimento das respetivas compensações financeiras;
- Diminuição dos *fornecimentos e serviços externos*, em 17,3 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da diminuição dos encargos com taxa de utilização da infraestrutura, em 6,4 milhões de euros, eletricidade, em 4 milhões de euros, acordo CP / RENFE, em 3,5 milhões de euros, e serviço de restauração a bordo dos comboios, em 1,3 milhões de euros, em resultado dos ajustamentos nos serviços prestados por via da pandemia COVID-19;
- Variação positiva *nos inventários da produção*, no valor de 4 milhões de euros;
- Redução dos *custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, em 3,7 milhões de euros, diretamente relacionado com a tipologia de intervenções de reparação de material circulante realizadas;
- Aumento dos *trabalhos para a própria entidade*, no valor de 2,8 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, de intervenções do tipo R em material circulante.

Resultado Operacional

O Resultado Operacional do Grupo CP, em 2020, foi de -64,4 milhões de euros, o que representou um agravamento de 68,9 milhões de euros face ao registado no ano anterior. Contribuíram para esta evolução, para além dos motivos já mencionados para o EBITDA recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- Aumento das *imparidades de inventários*, em 9,1 milhões de euros, em resultado do ajustamento dos respetivos critérios de reconhecimento;
- Aumento dos *gastos de depreciação e de amortização*, em 5,3 milhões de euros, decorrente da reclassificação de algum material circulante de *ativo não corrente detido para venda* para *ativo fixo tangível*, na sequência da sua reafecção à atividade comercial, com o conseqüente reconhecimento das depreciações pelo tempo decorrido desde a sua classificação em *ativo não corrente detido para venda*. Este efeito foi parcialmente anulado pela reversão da *imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis* registada no período;
- Aumento das *imparidades de dívidas a receber*, em 2,5 milhões de euros, em virtude dos ajustamentos considerados pertinentes em função da antiguidade das dívidas e da expectativa de recebimento das mesmas;
- Redução das *imparidades de investimentos não depreciáveis / amortizáveis*, em cerca de 3,9 milhões de euros, em função da referida reclassificação de material circulante de *ativo não corrente detido para venda* para *ativo fixo tangível*;
- Variação favorável da rubrica de *provisões*, em 2,3 milhões de euros. Em 2020, registou-se apenas um ajustamento às provisões constituídas para efeitos de cobertura das responsabilidades por processos judiciais em curso e por pensões de acidentes de trabalho (de acordo com estudo atuarial efetuado por entidade externa);
- Diminuição dos gastos com *diferenças de câmbio*, em 1,2 milhões de euros, que decorrem essencialmente de participação subscrita, mas não realizada, em francos suíços, na Eurofima;
- Diminuição dos gastos com *indenizações por rescisão*, em 1,2 milhões de euros.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Grupo, em 2020, foi negativo em 30,9 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2019 de cerca de 25 milhões de euros (+45%). Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, a redução do passivo remunerado do Grupo.

Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2020/2019	
	31-12-2020	31-12-2019	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	451 810	482 345	-30 535	-6%
Ativo Corrente	93 505	113 583	-20 078	-18%
Total do Ativo	545 315	595 928	-50 613	-8%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	-1 871 964	-1 776 514	-95 450	-5%
Resultado Líquido do período	-95 656	-52 502	-43 155	-82%
Total do Capital Próprio	-1 871 964	-1 776 514	-95 450	-5%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	405 960	812 687	-406 727	-50%
Passivo Corrente	2 011 318	1 559 754	451 564	29%
Total do Passivo	2 417 279	2 372 442	44 837	2%
Total do Capital Próprio + Passivo	545 315	595 928	-50 613	-8%

Ativo

Em 2020 o Ativo do Grupo CP diminuiu em cerca de 50,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *ativos fixos tangíveis*, em 28,7 milhões de euros, em virtude, fundamentalmente, das depreciações dos ativos fixos tangíveis não terem sido compensadas pela realização de investimentos;
- Redução dos *direitos de uso de ativos* (IFRS 16), no valor de 1,4 milhões de euros, relativos a contratos de locação que cumprem os requisitos definidos na norma, em resultado da depreciação em função da vida útil estimada;
- Aumento dos *inventários*, em 2,5 milhões de euros, para fazer face a intervenções planeadas;
- Diminuição do saldo de *clientes e de outros créditos a receber*, no valor de 12,6 milhões de euros. De referir que, continuaram a ser efetuadas diversas diligências junto das diferentes entidades no sentido de se assegurar o recebimento dos valores em dívida;
- Diminuição do saldo do *Estado e outros entes públicos*, em 1,6 milhões de euros, decorrente da redução do IVA a recuperar e dos reembolsos pedidos, em virtude da diminuição da faturação recebida de fornecedores;
- Diminuição dos *ativos não correntes detidos para venda*, em 1,7 milhões de euros, decorrente da reclassificação de material circulante de *ativo não corrente detido para venda* para *ativo fixo tangível*, na sequência da sua reafectação à atividade comercial;

- Redução do saldo de *caixa e depósitos bancários*, em 6,3 milhões de euros.

Capital

Em 2020, não foram realizadas quaisquer operações de aumento ou recomposição do capital.

As variações registadas no capital próprio do Grupo resultaram de:

- transferência para *Resultados Transitados* do Resultado Líquido Consolidado de 2019;
- *Resultado Líquido Consolidado* de 2020;

Passivo

O *Passivo do Grupo CP* registou, em 2020, um aumento de 44,8 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Aumento dos *Financiamentos Obtidos*, em cerca de 65 milhões de euros, em resultado da contratação de empréstimo junto da DGTF, no valor de 73,1 milhões de euros, com o objetivo de mitigar os efeitos da quebra de receita motivada pela pandemia COVID-19 e da amortização parcial de empréstimo BEI, no valor de 8,1 milhões de euros;
- Diminuição do saldo de *fornecedores e outras dívidas a pagar*, em 6,1 milhões de euros;
- Diminuição dos *passivos de locação* (IFRS 16), em 1,5 milhões de euros, equivalente aos encargos que foram imputados em *Resultados* com base nas depreciações do direito de uso do bem locado e pelos gastos de juros implícitos ao longo do contrato de locação;
- Diminuição do saldo do *Estado e outros entes públicos*, em 2,1 milhões de euros, devido a uma diminuição do valor do imposto sobre o rendimento a pagar pelo grupo (tributação autónoma) e ao decréscimo do valor do IVA a pagar no final do exercício;
- Diminuição dos Diferimentos, em 10,6 milhões de euros, decorrente do reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos.

Dívida Remunerada

O valor da dívida financeira do Grupo no final de 2020 situava-se em cerca de 2,132 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:

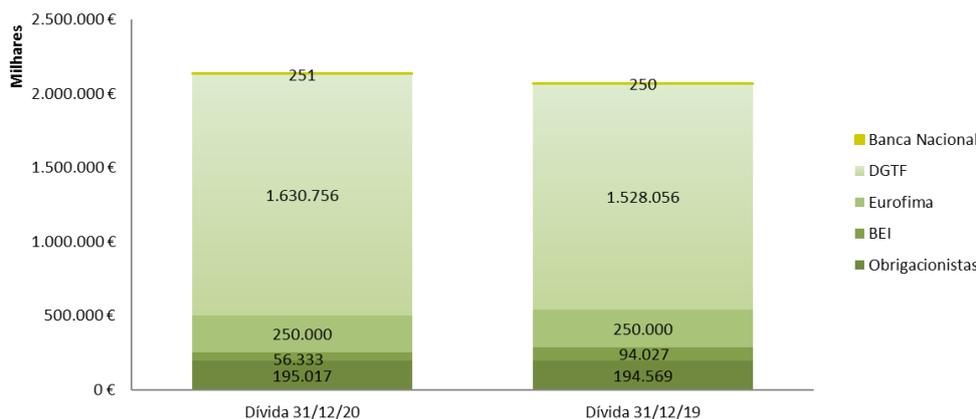


Gráfico 3 - Fontes de Financiamento do Grupo.

O valor da dívida financeira registou um aumento de cerca de 65 milhões de euros, face ao final de 2019, em resultado, designadamente, da amortização de empréstimo BEI, no valor de 8,1 milhões de euros e da contratação de empréstimo DGTF, no valor de 73,1 milhões de euros, para mitigação da quebra de receita por via do impacto da pandemia.

De referir ainda a contratação de um novo empréstimo DGTF, no valor de 29,6 milhões de euros, que substituiu um empréstimo BEI vencido em 2020.

A dívida de curto prazo representa cerca de 82% do total da dívida. Esta situação resulta, fundamentalmente, da prorrogação sucessiva do prazo de vencimento dos empréstimos do Estado.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as Empresas Públicas estão sujeitas, as empresas do Grupo CP têm requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços, tendo sido obtida a referida exceção, nomeadamente, para a recolha, transporte e contagem de valores, para o recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas, entre outros.

Assim, considera-se que o Grupo CP está a cumprir a legislação aplicável nesta matéria.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

**PERSPETIVAS
PARA 2021**

06



PERSPETIVAS PARA 2021

O Futuro que antevemos para o Grupo

M@n

CP

Em cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2019, de 27 de junho, com vista à recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário no curto prazo, em conformidade com o previsto no plano estratégico da CP e tendo presente o choque económico resultante da pandemia COVID-19, prevê-se para 2021:

- Transporte de passageiros – recuperação gradual da procura, na medida da redução das limitações impostas à mobilidade e da retoma económica. A procura deverá, contudo, manter-se ainda significativamente abaixo do registado nos anos anteriores à pandemia;
- Rendimentos dos serviços de manutenção prestados a terceiros – perspetiva-se um decréscimo, uma vez que se conclui um ciclo de intervenções de revisão geral à frota do cliente Metro do Porto;
- Recursos humanos - prevê-se que, em conformidade com a RCM n.º 110/2019, se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e os trabalhos de manutenção do material circulante;
- Aquisição de material circulante - prevê-se dar início aos processos de aquisição de automotoras para os serviços urbanos e regional e de automotoras elétricas para o segmento comercial de longo curso;
- Manutenção e reparação de material circulante - para responder à necessidade de melhorar a frequência, fiabilidade e pontualidade, a empresa optou por reabilitar material que se encontrava imobilizado e por adquirir carruagens usadas à RENFE, as quais iniciaram intervenções de reabilitação ainda em 2020 e que entrarão ao serviço em 2021;
- Libertação gradual de automotoras *diesel* da série 592 – tirando benefício das reposições ao serviço e da modernização de material, bem como das intervenções de eletrificação de infraestrutura que se encontram previstas pela IP, permitirá reduzir os gastos associados ao respetivo aluguer à RENFE;
- Continuação do processo de substituição dos equipamentos comerciais, atendendo aos problemas de obsolescência operacional.

Em termos financeiros, com a atividade já devidamente enquadrada pelo Contrato de Obrigações de Serviço Público firmado com o Estado, a sustentabilidade futura da empresa pressupõe a concretização do saneamento financeiro da dívida histórica. Neste contexto, espera-se a realização desta operação no decurso do ano de 2021.

FERNAVE

Como resultado do plano de recuperação da União Europeia, esperam-se nos próximos anos grandes investimentos na área da ferrovia e infraestruturas, o que dinamizará o mercado de emprego no setor dos transportes e envolventes e, conseqüentemente, a necessidade de habilitar / qualificar e certificar os seus profissionais.

Face a estas previsões será espectável a necessidades de recurso a serviços, nomeadamente no âmbito da formação, do recrutamento e da avaliação psicológica, valências detidas pela FERNAVE.

Assim, mantendo um modelo de funcionamento em custos variáveis, são objetivos do próximo exercício:

- Manutenção da tipologia de serviços disponibilizados pela empresa, mantendo e / ou aumentando o nível de atividade;
- Ser um parceiro ativo que aporta valor na sua área de negócio e ao setor dos transportes, nomeadamente colocando ao dispor, o seu *know-how*;
- Manter a empresa dotada de conhecimento (interno e externo), recursos e competências para garantir uma prestação de serviços com qualidade;
- Melhorar as condições de prestação do trabalho, incluindo a valorização do estatuto remuneratório;
- Melhorar os processos de trabalho e investir no desenvolvimento de competências do seu quadro de pessoal.
- Apostar em novas áreas do conhecimento, reforçando, nomeadamente:
 - a vertente formativa da manutenção de material circulante, acompanhando as necessidades de qualificação e certificação do seu acionista,
 - a disponibilização de novos cursos, alargando o leque de atuação (abrangendo novas competências mais transversais);
- Desenvolver e promover ações de formação com recurso a suportes e formatos, onde o digital, seja incorporado, e constitua uma mais-valia na aprendizagem;
- Apostar na área da seleção de pessoal e avaliação psicológica, por via atualização dos equipamentos e *software*;
- Fortalecer o foco comercial e a notoriedade da empresa, de modo a ser a primeira opção dos clientes;
- Dar continuidade ao processo de modernização tecnológica, dotando a empresa dos recursos pedagógicos e meios tecnológicos, essenciais à atividade.

A FERNAVE espera assim melhorar o desempenho operacional da empresa, garantindo a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio operacional.

ECOSAÚDE

A pandemia permitiu à empresa aumentar de forma significativa o nível de atividade, a faturação e a rentabilidade da empresa, no entanto, este efeito não é estrutural nem sustentável no médio e longo prazo.

É fundamental, portanto, que a ECOSAÚDE continue a ganhar massa crítica noutros sectores de atividade diferentes do sector dos transportes, mantendo, ainda assim, um nível de serviço altamente qualificado e a posição da Empresa como líder neste segmento de mercado de alto valor.

Paralelamente, a empresa procurará manter a estrutura de custos estável e equilibrada, com vista a assegurar a sua autonomia financeira, a remuneração do investimento da acionista e o reforço do seu Capital Próprio.

SAROS

Para 2021 não estão previstas alterações no que se refere à atividade da empresa e ao seu posicionamento estratégico de mediadora cativa das apólices de seguro das empresas do Grupo CP.

O objetivo global definido para 2021 será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a SAROS poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

SIMEF

O ano 2021 surge num contexto particularmente difícil, nomeadamente devido à situação de pandemia.

O SIMEF perspetiva manter o enfoque na satisfação dos clientes e trabalhadores, no cumprimento dos níveis de serviço contratualizados e na consolidação da cultura corporativa de redução da sinistralidade.

Ao nível operacional o ano 2021 será caracterizado por uma atividade operacional bastante mais intensa no que diz respeito à manutenção pesada, em virtude da continuidade das intervenções tipo R2 na série LE4700, iniciadas em 2020, ao que se adicionam as grandes intervenções tipo R a realizar na série LE5600 do Cliente CP.

No que se refere à manutenção ligeira estará em linha com o realizado em 2020, uma vez que não se espera variação significativa da utilização das frotas.

Em 2021 prosseguirão as atividades relacionadas com a Inovação e Desenvolvimento do Agrupamento, nomeadamente e entre outros através da continuidade do projeto de Digitalização que se encontra em curso, permitindo por esta via aumentar a eficiência dos processos e qualidade do serviço de manutenção realizado.

Também ao nível da área da Pessoal se preconiza a transição Digital iniciada em 2020, possibilitando uma melhoria significativa da eficiência na gestão dos diversos processos.

Na componente de Desenvolvimento e no que respeita designadamente à implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Manutenção em curso, de acordo com o Regulamento EU 2019/779, será dada continuidade à adequação transversal de diversos procedimentos do Sistema de Gestão.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

07



RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2019

As Contas de 2016, 2017, 2018 e 2019 aguardam aprovação pela Tutela.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

**FACTOS
RELEVANTES APÓS
O TERMO DO
EXERCÍCIO**

08

- Nesta data não são ainda possíveis de quantificar a totalidade dos impactos adicionais que a pandemia provocada pelo vírus COVID-19 pode vir a provocar no Grupo CP, decorrente da imprevisibilidade da manutenção desta situação. De salientar, no entanto, a manutenção da forte quebra na utilização do transporte ferroviário, no 1º trimestre do ano, com impacto direto nos réditos do Grupo.
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.
- O Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, estabelece no seu artigo 12º, a dissolução e liquidação da OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A. C. E., com a constituição das empresas previstas no referido decreto-lei e respetivo registo comercial. Tendo, em 23 de dezembro de 2020, o Tribunal de Contas emitido visto prévio favorável à constituição da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A., a Área Metropolitana de Lisboa (AML) outorgou a escritura pública de constituição da TML, com produção de efeitos em 17 de fevereiro de 2021 (data da transmissão). Assim, por força do artigo 12.º do Decreto-lei referido, teve lugar na data da transmissão a transmissão global do património da OTLIS para a TML, devendo a AML ou a TML acordar com os Membros da OTLIS ou com os seus liquidatários a contrapartida pela referida transmissão.

Lisboa, 15 de junho de 2021

O Conselho de Administração

Presidente: Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

Vice-presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vogal: Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal: Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal: Pedro Manuel Franco Ribeiro

Relatório e Contas Consolidadas 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2020		(valores em euros)	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-20	31-dez-19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	409 137 096	437 881 515
Ativos intangíveis	7	141 573	224 044
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	8	11 211 735	12 642 325
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	3 190 703	3 479 232
Outros investimentos financeiros	10	28 128 745	28 117 549
		451 809 852	482 344 665
Ativo corrente			
Inventários	12	36 631 813	34 136 869
Clientes	13	4 315 929	12 818 431
Estado e outros entes públicos	14	7 547 026	9 174 533
Outros créditos a receber	15	7 056 440	11 104 702
Diferimentos	16	1 114 752	1 448 315
Ativos não correntes detidos para venda	17	2 702 526	4 445 005
Caixa e depósitos bancários	4	34 136 296	40 454 689
		93 504 782	113 582 544
Total do ativo		545 314 634	595 927 209
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	18	3 959 489 351	3 959 489 351
Reservas legais	19	24 703	24 703
Outras reservas	20	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	21	(5 828 618 157)	(5 776 323 289)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	22	91 490 008	91 490 008
Resultado líquido do período		(95 656 465)	(52 501 954)
Total do capital próprio		(1 871 963 910)	(1 776 514 531)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	23	15 646 965	16 068 245
Financiamentos obtidos	24	380 550 150	785 416 398
Passivos de locação (IFRS 16)	8	9 763 374	11 202 675
		405 960 489	812 687 318
Passivo corrente			
Fornecedores	26	7 440 574	10 358 441
Adiantamentos de clientes	27	374 000	374 000
Estado e outros entes públicos	14	488 091	2 576 024
Financiamentos obtidos	24	1 751 806 817	1 281 484 985
Passivos de locação (IFRS 16)	8	1 560 332	1 571 557
Outras dívidas a pagar	25	155 867 489	159 017 606
Diferimentos	16	93 780 752	104 371 809
		2 011 318 055	1 559 754 422
Total do passivo		2 417 278 544	2 372 441 740
Total do capital próprio e do passivo		545 314 634	595 927 209

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^º Ana Coelho

Presidente - Eng.^º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.^º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.^º Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.^º Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.^º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral

Período findo em 31 de dezembro de 2020

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	28	173 700 483	304 383 282
Subsídios à exploração	29	88 127 384	40 008 015
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30	548 170	1 591 428
Variação nos inventários da produção	31	3 980 568	(103 741)
Trabalhos para a própria entidade	32	14 047 696	11 263 629
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	(22 695 541)	(26 425 843)
Fornecimentos e serviços externos	34	(131 035 790)	(148 318 210)
Gastos com o pessoal	35	(138 424 966)	(136 861 597)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(4 919 449)	4 201 490
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,15	(3 624 691)	(1 095 590)
Provisões (aumentos/reduções)	23	(235 158)	(2 526 524)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	36	3 443 087	(461 249)
Outros rendimentos	37	21 315 481	22 060 954
Outros gastos	38	(8 261 922)	(8 405 596)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(4 034 648)	59 310 448
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	39	(60 935 101)	(55 610 009)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	40	548 477	81 4 416
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(64 421 272)	4 514 855
Juros e rendimentos similares obtidos	41	6 216	192 287
Juros e gastos similares suportados	42	(30 906 166)	(56 106 580)
Resultado antes de impostos		(95 321 222)	(51 399 438)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(335 243)	(1 102 516)
Resultado líquido e integral do período		(95 656 465)	(52 501 954)

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana CoelhoPresidente - Eng.^o Nuno Pinho da Cruz de FreitasVice-Presidente - Eng.^o Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.^a Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.^a Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.^o Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2019		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										(valores em euros)	
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
Posição no início do período de 2019	1	3 931 000 000	24 703	1 306 650	(6 189 186 647)	-	91 490 008	(1 06 249 189)	(2 271 614 475)	-	(2 271 614 475)		
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	-	(52 501 954)	(52 501 954)	-	(52 501 954)		
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(52 501 954)	(52 501 954)	-	(52 501 954)		
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Realizações de capital		28 489 351	-	-	-	-	-	-	28 489 351	-	28 489 351		
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	518 616 538	-	-	-	518 616 538	-	518 616 538		
Outras operações		-	-	-	(1 05 753 180)	-	-	-	496 009	-	496 009		
	5	28 489 351	-	-	412 863 358	-	-	1 06 249 189	547 601 898	-	547 601 898		
Posição no fim do período de 2019	6 = 1+2+3+5	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 776 323 289)	-	91 490 008	(52 501 954)	(1 776 514 531)	-	(1 776 514 531)		

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Morais

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
1	18 a 21	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 776 323 289)	-	91 490 008	(52 501 954)	(1 776 514 531)	(1 776 514 531)	
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	-	(95 656 465)	(95 656 465)	(95 656 465)	
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(95 656 465)	(95 656 465)	(95 656 465)	
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	(52 294 868)	-	-	52 501 954	207 086	207 086	
5		-	-	-	(52 294 868)	-	-	52 501 954	207 086	207 086	
Posição no fim do período de 2019	6 = 1 + 2 + 3 + 5	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 828 618 157)	-	91 490 008	(95 656 465)	(1 871 983 910)	(1 871 983 910)	

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhão

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração consolidada de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020

Período findo em 31 de dezembro de 2020

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-dez-20	31-dez-19
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	283 018 224	371 105 184
Pagamentos a fornecedores	(205 621 434)	(188 545 762)
Pagamentos ao pessoal	(133 933 047)	(140 424 048)
Caixa gerada pelas operações	(56 536 258)	42 135 374
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(27 203)	(791 078)
Outros recebimentos/pagamentos	8 656 032	(12 011 028)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(47 907 429)	29 333 268
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(7 641 386)	(6 367 955)
Ativos intangíveis	-	(127 387)
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	(13 000 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	565	1 282 539
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	13 000 000
Subsídios ao investimento	-	6 554 917
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	836 572	648 710
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(6 804 250)	1 990 824
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	136 700 000	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	28 489 351
Cobertura de prejuízos	-	518 616 538
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	48 038	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(71 693 333)	(521 122 500)
Juros e gastos similares	(16 662 661)	(38 637 131)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	48 392 043	(12 653 742)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(6 319 636)	18 670 350
Efeito das diferenças de câmbio	78	(265)
Caixa e seus equivalentes no início do período	40 205 037	21 534 952
Caixa e seus equivalentes no fim do período	33 885 479	40 205 037

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana CoelhoPresidente - Eng.^o Nuno Pinho da Cruz de FreitasVice-Presidente - Eng.^o Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MorAdministradora - Dr.^a Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.^a Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.^o Pedro Manuel Franco Ribeiro

Relatório e Contas Consolidadas 2020

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro⁵, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- o fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2020, as seguintes atividades:

- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento de competências, recrutamento e avaliação psicológica, consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes (Fernave, S.A.);
- Prestação de serviços de medicina e de segurança e higiene no trabalho (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);

⁵ A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

- Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento, no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E);
- Desenvolvimento de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas (NOMAD TECH, Lda);

De referir ainda a participação de 6,92% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2020.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 07 de junho de 2021, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2020 e na informação

financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja

valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

Introdução

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, tal como previsto o Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O Grupo e a empresa

Considerações gerais

Ao longo do ano 2020 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade, que procuram criar sinergias positivas à sua atividade.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Empresas participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2020 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

- Participação CP - 100%
- Capital Subscrito - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

- Participação CP - 100%
- Capital Subscrito - 50.000 euros

Tendo iniciado a sua atividade em 1992, tem por objeto a prestação de serviços nos domínios da formação e desenvolvimento de competências, do recrutamento e avaliação psicológica, da consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

- Participação CP - 100%
- Capital Subscrito - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem como principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

Entidades conjuntamente controladas

SIMEF, A.C.E.

- Participação CP – 51%
- Capital – não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto

- Participação CP – 33,33%
- Capital Subscrito – 30.000 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2002, tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

OTLIS, A.C.E. – Operadores de Transportes da Região de Lisboa

- Participação CP – 14,29%
- Capital Subscrito – 392.832,02 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, tem por objetivo garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

Informação adicional na nota 45.

Associadas

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

- Participação via Fernave – 6,92%
- Capital Social – 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário, a formação técnica, a investigação científica e consultoria, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática, em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

NOMAD TECH, Lda.

- Participação CP -35%
- Capital Subscrito - 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)

- Participação CP - 5%
- Capital Subscrito -121.312.810 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital social foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 dezembro de 2020, a CP ainda detém uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

Metro do Porto, S.A.

- Participação CP - 3,33%
- Capital Social - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

- Participação CP - 10%
- Capital Social - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

- Participação CP - 2,5%
- Capital Social - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

- Participação CP - 2,09%
- Capital Social - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

Entidade em processo de liquidação.

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

- Participação CP - 2%
- Capital Social - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

- Participação CP - 1,54%
- Capital Social - 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

Método de consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

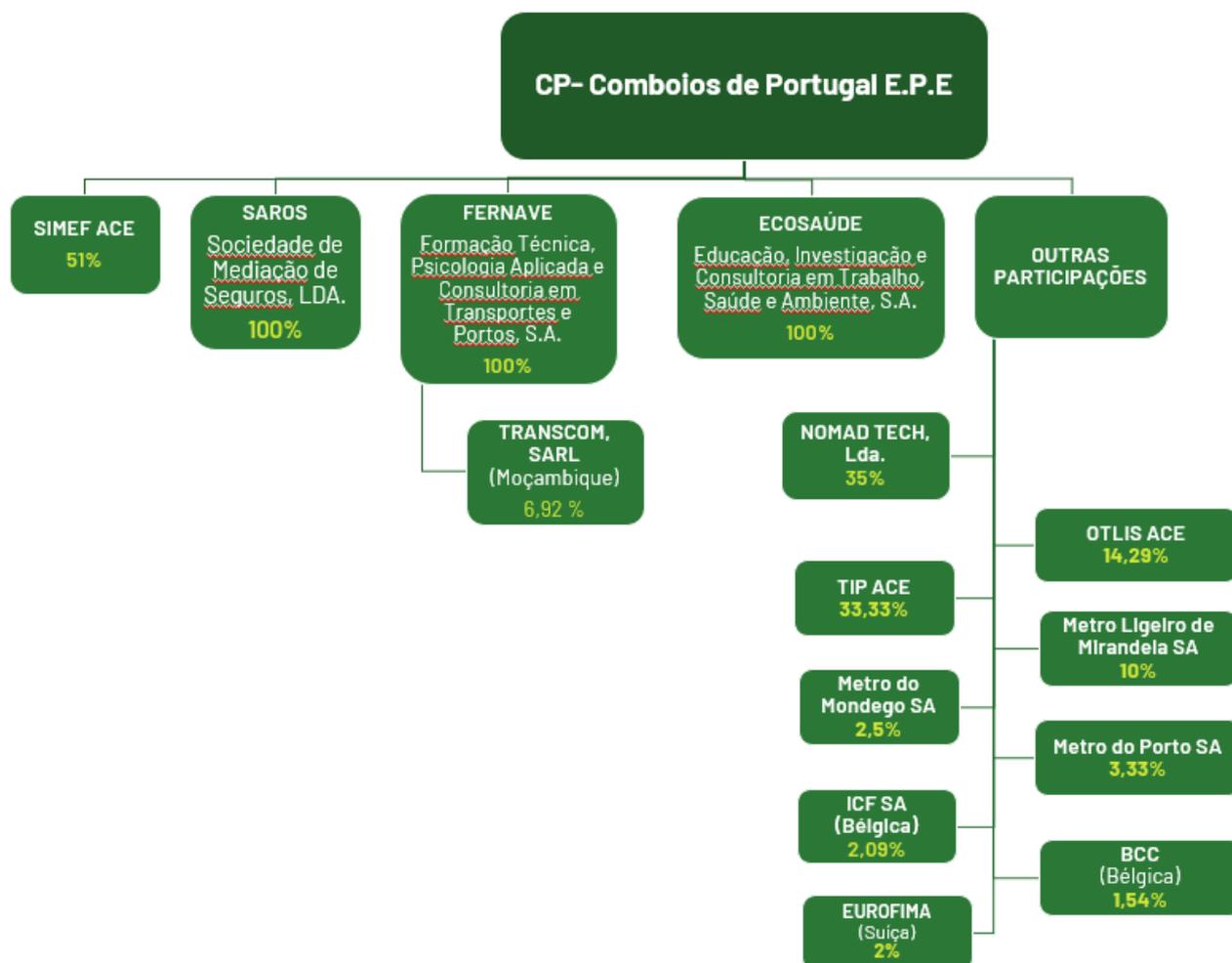
Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

Perímetro de consolidação



O capital social da CP Carga- Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, foi alienado em 2016 à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A.* Em 31 dezembro de 2020 a CP detém ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a alienação total da participação (100%). Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	EMEF, S.A.	51%
OTLIS, ACE	Lisboa	CP, E.P.E.	14%
NOMAD TECH, LDA.	Porto	EMEF, S.A.	35%

Outras participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado, de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante afeto ao transporte de passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada,

separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e

- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de material circulante afeto ao transporte de passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Tendo em consideração a natureza do serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é

determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Reconhecimento de imparidade nos restantes ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locações

Até 31 de dezembro de 2018, as empresas do Grupo classificavam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo eram substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

No caso das locações operacionais, os pagamentos eram reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

No caso das locações financeiras eram registadas na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas eram debitadas em resultados pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros eram reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os ativos adquiridos em locação financeira eram depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2019 da IFRS 16 –Locações, o Grupo reviu os critérios de reconhecimento e contabilização das locações, passando a proceder do seguinte modo:

Identificação de locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade, sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem:

- (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato;
- (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou

- (iii) caso o grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias:

- ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor);
- empréstimos e contas a receber;
- ativos detidos até à maturidade; e
- ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 - Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente dos ativos/passivos financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 – Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e trabalhos em curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data da demonstração da posição financeira;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em moeda estrangeira

Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do rédito

Transporte de passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

Manutenção de material circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes áreas de atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado,
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre lucros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas anexas às respectivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 07 de junho de 2021, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data da demonstração da posição financeira que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

Juizados de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- Reconhecimento do rédito - no reconhecimento do rédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - na determinação das perdas por imparidade de ativos, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos mesmos, considerando que tais critérios refletem a perda de valor;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, o que indicia que existem fatores que asseguram a sua continuidade;
- A assinatura do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, celebrado com o Estado Português, em 28 de novembro de 2019;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;

- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data da demonstração da posição financeira, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Imparidades

A definição e aplicação de critérios para determinação das imparidades de ativos procura garantir a proximidade do valor do ativo ao seu valor realizável. Sem prejuízo, as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios podem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo. De salientar, em especial, a complexidade dos critérios de determinação das imparidades de inventários, tendo em consideração a sua diversidade, e o longo período durante o qual os mesmos podem ser usados, especificamente no caso dos inventários detidos pelo Grupo para aplicação no material circulante no âmbito da sua manutenção/reparação.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2020

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2020 avaliando-se a existência de possível impacto no Grupo CP:

IAS 1 e IAS 8 – ‘Definição de material’

As alterações introduzidas clarificam que a menção a informações pouco claras tem efeitos similares a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como “atuais e futuros investidores, financiadores e credores” que dependem das

demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Estrutura concetual – ‘Alterações na referência a outras IFRS’

Como resultado da publicação da nova Estrutura Concetual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo/passivo e de gasto/rendimento, além de algumas das características da informação financeira. As alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticável.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IFRS3 – Definição de negócio

Esta alteração constitui uma revisão da definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser ainda permitidos ‘testes de concentração’, os quais avaliam se parte significativa do justo valor da transação corresponde a um único ativo. Quando positivos, os ativos adquiridos não constituem um negócio e a entidade fica isenta de efetuar qualquer avaliação adicional para determinar se se trata de uma concentração de atividades empresariais. A adoção desta alteração é prospetiva.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – ‘Reforma das taxas de juro de referência – fase 1’

Esta alteração corresponde à primeira fase do projeto de “Reforma das taxas de juro de referência” (exemplos: Euribor e Libor) que surgiu no seguimento da crise financeira. Esta alteração proporciona certas isenções temporárias e restritas relacionadas com a contabilidade de cobertura no âmbito da IAS 39/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, sendo o seu efeito prático a não descontinuação da contabilidade de cobertura, nos casos em que a única alteração se referir à alteração da taxa de juro de referência. No entanto, qualquer ineficácia da relação de cobertura em vigor deve continuar a ser registada na demonstração dos resultados.

Esta alteração obriga a divulgações específicas para os instrumentos financeiros derivados, relativamente aos quais foram aplicadas estas isenções, em termos de valor nominal, pressupostos significativos e julgamentos aplicados, assim como a divulgação qualitativa do impacto da alteração das taxas de referência e a forma como a entidade está a gerir esse processo. A adoção destas alterações é efetuada de forma retrospectiva. A entidade deve aplicar estas alterações retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de

relato em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações ou que foram posteriormente designados como de cobertura, e ao ganho e perda reconhecido em outro rendimento integral existente no início do período de relato em que uma entidade aplica pela primeira vez estas alterações.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2020 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Caixa	372 555	491 320
Depósitos bancários	33 763 741	39 963 369
Sub total	34 136 296	40 454 689
Descobertos bancários (a)	(250 817)	(249 652)
Total	33 885 479	40 205 037

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)

No final do ano 2020 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 617 518	20 617 518
Edifícios e outras construções	97 217 752	95 295 840
Equipamento básico	1 480 998 491	1 426 711 289
Equipamento de transporte	3 079 461	3 018 420
Equipamento administrativo	27 749 059	26 547 252
Outros ativos fixos tangíveis	63 258 794	63 837 393
Investimentos em curso	7 696 160	1 476 695
Adiantamentos por conta de investimentos	313 973	196 138
Sub-total	1 700 931 208	1 637 700 545
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	59 164 535	53 835 105
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 195 639 445	1 148 713 693
Ajustamentos realizados por contrapartida de depreciações acumuladas	33 359 025	(6 909 352)
Perdas por imparidade do período	(548 477)	(814 416)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	4 179 584	4 994 000
Sub-total	1 291 794 112	1 199 819 030
Valor líquido contabilístico	409 137 096	437 881 515

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2020 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 617 518	-	-	-	-	-	-	20 617 518
Edifícios e outras construções	95 295 840	205 097	-	-	-	1 716 815	-	97 217 752
Equipamento básico	1 426 711 289	317 138	-	39 727 956	(31 262)	11 301 091	2 972 279	1 480 998 491
Equipamento de transporte	3 018 420	60 584	-	-	-	-	477	3 079 461
Equipamento administrativo	26 547 252	202 976	-	-	(1 983)	1 000 614	200	27 749 059
Outros ativos fixos tangíveis	63 837 393	359 772	-	-	-	1 376 946	(2 315 317)	63 258 794
Investimentos em curso	1 476 695	19 663 529	-	-	-	(15 395 466)	1 951 402	7 696 160
Adiantamentos por conta de investimentos	196 138	143 274	-	-	-	-	(25 439)	313 973
	1 637 700 545	20 952 350	-	39 727 956	(33 245)	-	2 583 602	1 700 931 208
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	49 329 274	2 531 284	-	-	-	-	-	51 860 558
Equipamento básico	1 069 225 620	52 681 146	-	34 733 034	(31 262)	-	(1 340 765)	1 155 267 773
Equipamento de transporte	2 946 301	28 155	-	-	-	-	-	2 974 456
Equipamento administrativo	23 711 655	1 658 186	-	-	(1 983)	-	-	25 367 858
Outros ativos fixos tangíveis	50 426 597	2 265 764	-	-	-	-	-	52 692 361
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Básico	4 179 583	(548 477)	-	-	-	-	-	3 631 106
	1 199 819 030	58 616 058	-	34 733 034	(33 245)	-	(1 340 765)	1 281 794 112
Total	437 881 515							408 137 096

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2020, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R1 e R2.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

A 31 de dezembro de 2020 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da Eurofima:

Descrição	(valores em euros)	
	V.contabilístico	
Automotoras	169 906 559	
Total	169 906 559	

Ativos intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 723	42 672
Programas de computador	517 792	517 792
Ativos intangíveis em curso	2 436	-
Sub-total	562 951	560 464
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	84 960	104 170
Amortização acumulada de períodos anteriores	336 418	
Perdas por imparidade do período	-	(1 152 686)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	1 384 936
Sub-total	421 378	336 420
Valor líquido contabilístico	141 573	224 044

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2020 é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Reval / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:								
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 672	-	51	-	-	-	-	42 723
Programas de computador	517 792	-	-	-	-	-	-	517 792
Ativos intangíveis em curso	-	2 436	-	-	-	-	-	2 436
	560 464	2 436	51	-	-	-	-	562 951
Amortização acumulada e imparidade:								
Amortização do período	-	84 960	-	-	-	-	-	84 960
Amortização acumulada de períodos anteriores	336 418	-	-	-	-	-	-	336 418
	336 420	84 960	-	-	-	-	-	421 378
Total	224 044							141 573

As adições verificadas no período resultam da aquisição de software informático.

Direitos de Uso de Ativos (nota 8)

No final do ano 2020 o Grupo CP apresentava os seguintes direitos de uso que cumpriram todos os requisitos enumerados na IFRS 16:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Valor Bruto:		
Direito de Uso (Loações Financeiras - IFRS16)	14 568 074	14 313 059
Sub-total	14 568 074	14 313 059
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	1 685 605	1 670 734
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 670 734	-
Sub-total	3 356 339	1 670 734
Valor líquido contabilístico	11 211 735	12 642 325

Assim como as respetivas responsabilidades que resultam das locações financeiras:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Não corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	9 763 374	11 202 675
Corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	1 560 332	1 571 557
Total	11 323 706	12 774 232

Estes direitos de uso respeitam fundamentalmente a edifícios e material circulante.

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-dez-20			31-dez-19		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SIMEF A.C.E.	Investimento	419 904	-	419 904	387 775	-	387 775
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	1 068 952	-	1 068 952	855 147	-	855 147
OTLIS, ACE	Investimento	342 236	-	342 236	529 613	-	529 613
TIP, ACE	Investimento	1 359 611	-	1 359 611	1 706 697	-	1 706 697
Total		3 190 703	-	3 190 703	3 479 232	-	3 479 232

Em 2020 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SIMEF A.C.E.	387 775	-	-	419 904	(387 775)	419 904
NOMAD TECH, LDA.	855 147	-	-	213 805	-	1 068 952
OTLIS A.C.E.	529 613	-	-	69 968	(257 345)	342 236
TIP, ACE	1 706 697	-	-	(347 086)	-	1 359 611
Sub-total	3 479 232	-	-	356 591	(645 120)	3 190 703
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	3 479 232	-	-	356 591	(645 120)	3 190 703

Durante o ano de 2020, a redução do valor das participações financeiras resulta essencialmente da diminuição dos resultados das empresas associadas Otlis e TIP.

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia e que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF A.C.E.	51	31-dez-20	9 736 028	8 912 686	823 342	11 702 922	823 342
Nomad Tech Lda	35	31-dez-20	5 139 416	2 085 269	3 054 148	431 368	(440 796)
TIP, ACE	33	31-dez-20	17 408 118	12 745 214	4 662 904	4 407 429	(193 486)
OTLIS, ACE	14	31-dez-20	3 989 890	1 594 236	2 395 655	3 842 340	510 430

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2020 e 31/12/2020. Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

Outros Investimentos Financeiros

(nota 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Método	(valores em euros)					
		31-dez-20			31-dez-19		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁR	Custo de aquisição	31 944	(31 944)	-	31 944	(31 944)	-
INEGI	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	(163 083)	225 197	388 280	(120 179)	268 101
Fundo Comp. Trabalho		137 814	-	137 814	83 714	-	83 714
		29 050 661	(921 916)	28 128 745	28 996 561	(679 012)	28 117 549

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários estados-membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2020 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31 944	-	-	-	(31 944)	-
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Fundo Comp. Trabalho	83 714	54 100	-	-	-	137 814
	28 996 561	54 100	-	-	(31 944)	29 018 717
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	(31 944)	-	-	-	31 944	-
INEGI	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
TRANSCOM, S.A.	(120 179)	-	-	-	(42 904)	(163 083)
	(879 012)	-	-	-	(10 960)	(889 972)
Total	28 117 549	54 100	-	-	(42 904)	28 128 745

A principal alteração nesta rubrica, no decorrer do período de 2020, diz respeito aos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, por via dos novos contratos de trabalho celebrados pela empresa.

Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, não se vislumbra que num futuro próximo o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados. Por esta razão a CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente.

No final de 2020, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 252,6 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2020 e 2030.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

(valores em euros)

Empresa	31-dez-20	31-dez-19
CP	(312 115)	(740 864)
Fernave	(6 548)	(7 943)
Ecosaúde	(10 732)	(6 932)
Emef	-	(340 608)
Saros	(5 848)	(6 169)
Total	(335 243)	(1 102 516)

Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo CP apresentou os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Valor Bruto:		
Mercadorias	188 242	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	47 996 886	44 154 805
Produtos acabados e intermédios*	3 935 107	748 036
Produtos e trabalhos em curso	793 346	
Adiantamentos por conta de compras	-	596 347
	52 913 581	45 499 188
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(4 919 449)	4 201 490
Imparidades de períodos anteriores	(11 362 319)	(15 563 809)
	(16 281 768)	(11 362 319)
Valor líquido contabilístico	36 631 813	34 136 869

*fabricos internos e rotaveis

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um acréscimo face ao ano anterior. Este acréscimo é o resultado de um aumento do volume de compras face ao período homólogo.

Igualmente de salientar o aumento registado na rubrica de produtos acabados e intermédios, em parte como resultado da integração dos "rotáveis", materiais que respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas.

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo Inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(11 150 561)	-	(4 614 101)	-	(15 764 662)
Produtos acabados e intermédios	(211 758)	-	(305 348)	-	(517 106)
Fabricos	211 761	-	(88 955)	-	122 806
Rotaveis	-	-	(216 393)	-	(216 393)
Total	(11 362 319)	-	(4 919 449)	-	(16 281 768)

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros e na manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários, o Grupo avalia semestralmente a necessidade de reconhecimento de imparidades no que respeita aos seus inventários.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pelo Grupo avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Nesse contexto, a imparidade das peças de armazém com aplicação em material circulante passou a ser determinada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários:

Materiais com aplicação em material circulante

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

Peças reparáveis “rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

Restantes materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

Tendo em consideração a aplicação destes critérios, foi reconhecida, em 2020, uma perda por imparidade de cerca de 4,9 milhões de euros tal como identificado no quadro anterior.

Clientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	3 895 479	12 682 509
Empresas associadas	235 046	-
Empreendimentos conjuntos	183 932	-
Outras partes relacionadas	1 472	-
Clientes - cobrança duvidosa	6 529 660	3 105 689
Sub-total	10 845 589	15 788 198
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(3 559 893)	(664 681)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(2 969 767)	(2 305 086)
Sub-total	(6 529 660)	(2 969 767)
Valor líquido contabilístico	4 315 929	12 818 431

Em 2020, a rubrica de clientes apresenta uma diminuição face ao período homólogo na ordem dos 8,5 milhões de euros, em resultado do esforço de cobrança desenvolvido. Sem prejuízo disso, verificou-se a necessidade de constituição de imparidade para o valor em dívida relativo à

comparticipação de passes sociais (4-18, sub-23 e social +) respeitante aos exercícios de 2018 e 2019.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	(2 969 767)	(3 562 387)	203	2 291	(6 529 660)
Total	(2 969 767)	(3 562 387)	203	2 291	(6 529 660)

Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-dez-20	31-dez-19
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	238 963	754 358
Pagamento especial por conta	167 451	551 717
Imposto retido na fonte	59 275	116 033
Imposto retido na fonte-Dependente	12 237	86 608
IVA	7 134 218	8 377 280
IVA a recuperar	7 134 218	7 191 038
IVA reembolsos pedidos	-	1 186 242
Outros Impostos	173 845	42 895
Contribuições Seg Social CNP	173 799	42 841
DGIFCT	46	54
Total	7 547 026	9 174 533
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	379 757	1 386 700
Imposto sobre o rendimento	335 243	1 102 516
Retenções de imposto sobre o rendimento	44 514	284 184
IVA	82 337	626 953
IVA a pagar	82 337	626 953
Outros Impostos	25 997	562 371
Contribuição para a Segurança Social	19 838	562 371
Outras tributações	6 159	-
Total	488 091	2 576 024

Em 2020 houve um decréscimo do IVA-reembolsos pedidos face a 2019 motivado essencialmente pela redução de atividade da empresa face à pandemia do COVID 19, mas também pelo aumento do imposto liquidado decorrente da faturação mensal da prestação de serviço no âmbito do contrato de serviço público.

A estimativa de imposto apurada para 2020 sofreu uma redução significativa por via das tributações autónomas.

Outros créditos a receber (nota 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	678 939	1 652 132
Fornecedores c/c - saldos devedores	43 793	
Outros	105 139	501 830
Outros Devedores - pessoal	98 447	111 636
D.Diversos - c/c	9 032 976	9 167 905
Devedores por acréscimos de receitas	1 682 324	4 191 781
Sub-total	11 641 617	15 625 284
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	(64 595)	(352 964)
Imparidade de períodos anteriores-O. Div. terceiros	(4 520 582)	(4 167 618)
Sub-total	(4 585 177)	(4 520 582)
Valor líquido contabilístico	7 056 440	11 104 702

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outras dívidas de terceiros	(4 520 582)	(354 346)	-	289 751	(4 585 177)
Total	(4 520 582)	(354 346)	-	289 751	(4 585 177)

Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	1 091 217	938 644
Diferim. - gast. reconh. - seguros	13 996	498 177
Diferim. - gast. reconh. - rendas	9 539	11 494
Total	1 114 752	1 448 315
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsídios ao investimento	93 141 300	103 745 416
Difer. - rend. a reconh. - fact.p/conta - trab.a real.	614 772	589 823
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	24 680	36 570
Total	93 780 752	104 371 809

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos prémios de seguro suportados pela empresa no final do ano, antes de decorrer o período de incidência dos mesmos, os quais reportam ao 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica, respeitam aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, multirriscos e de responsabilidade civil.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e reparação de material circulante, concretamente a faturação por conta de trabalhos a realizar emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

O valor da rubrica de subsídios ao investimento respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Fundo Ambiental _ Aqui. 12 Auto. BiModo e 10 Elec	(4 565 785)	(4 565 785)
Invest transf - CPA 4005 e CPA 4007	-	(1 832 212)
Subvenções PIDDAC	(36 597 995)	(40 786 212)
Subvenções FEDER	(49 883 677)	(56 176 912)
Subvenções IGCP	(1 709 548)	-
Subvenções Outros (inclui CEF)	(384 295)	(384 295)
Total	(93 141 300)	(103 745 416)

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos não correntes detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	1 75 369	1 75 369
Equipamento básico	2 443 126	4 185 605
Total	2 702 526	4 445 005

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede-se a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor nas contas do Grupo ajustado a zero, se se considerar o valor dos subsídios a reconhecer e o valor de sucata, conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de dezembro de 2020:

Descrição	(valores em euros)				
	Valor contabilístico (1)	Subsídio a reconhecer (2)	Valor de sucata (3)	Imparidade (4)	(1)-(2)+(3)-(4)
Várias séries	6 631 765	(1 741 854)	(701 272)	(4 188 639)	-

Em 2020, o Grupo CP procedeu à reabilitação de material circulante que se encontrava classificado como ativo não corrente detido para venda para sua reafectação à operação, o que originou uma reclassificação em ativo fixo tangível, num montante de cerca de 5 milhões de euros, e uma reversão de imparidade, no montante aproximado de 3,3 milhões de euros. Foram igualmente reconhecidas as depreciações correspondentes ao período em que as mesmas estiveram suspensas decorrentes da classificação como ativo não corrente detido para venda.

Capital Subscrito (nota 18)

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal, relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do exercício de 2020 não existiram operações de aumento de capital, apresentando a empresa com referência a 31 de dezembro de 2020 um capital de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

Reservas Legais (nota 19)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

Outras Reservas (nota 20)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 21)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente:

- À transferência do resultado líquido do exercício anterior para resultados transitados.

Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2020		(5 828 618 157)
Resultados transitados de 2019	(5 776 323 289)	
+ Resultado líquido do período de 2019	(52 501 954)	(5 828 825 243)
Movimentos de 2020 directamente em Res.transitados:		207 086

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-dez-20	31-dez-19
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	91 490 008	91 490 008

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direcção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

Provisões (nota 23)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

	(valores em euros)				
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 253 219	328 440		-	1 581 659
Acidentes ferroviários	3 036 095	-		293 234	2 742 861
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	11 778 931	199 952	656 438	-	11 322 445
Total	16 068 245	528 392	656 438	293 234	15 846 965

As variações registadas na rúbrica de provisões, no decorrer do exercício de 2020, decorrem da estimativa de desfecho dos processos judiciais em curso e de acidentes ferroviários, e de avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho.

No que respeita às responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa, em 31 de dezembro de 2020, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 0,75%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: Pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2020.

Financiamentos Obtidos (nota 24)

No final do período de 2020 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	32 533 333	56 333 334
Empréstimos por obrigações	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(4 983 183)	(5 430 936)
Outros financiadores	153 000 000	534 514 000
Total	380 550 150	785 416 398
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	23 800 000	37 693 333
Empréstimos por obrigações	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	-
Descobertos bancários	250 817	249 652
Outros financiadores	1 727 756 000	1 243 542 000
Total	1 751 806 817	1 281 484 985

O aumento que se regista nos financiamentos obtidos em cerca de 65 milhões de euros, é fruto por um lado da contratação de um empréstimo junto da DGTf, no valor de 73,1 milhões de euros, empréstimo este que resultou da necessidade de colmatar os efeitos da quebra de receita provocada pela pandemia do COVID 19 e, por outro lado, da amortização de empréstimo do BEI, no montante de 8,1 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, excluindo descobertos bancários, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	23 800 000	37 693 333
De 1 a 5 anos	32 533 333	56 333 334
A mais de 5 anos	-	-
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	-
De 1 a 5 anos	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	-
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(4 983 183)	(5 430 936)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 727 756 000	1 243 542 000
De 1 a 5 anos	153 000 000	534 514 000
A mais de 5 anos	-	-
Total	2 132 106 150	2 066 651 731

Outras dívidas a Pagar (nota 25)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	-	-
Total	-	-
Corrente		
Fornecedores de investimentos	648 562	972 135
Credores por subscrições não liberadas	38 439 256	38 254 752
Outros devedores e credores	1 833 397	12 466 911
Credores por acréscimo de gastos	114 946 274	107 323 808
Total	155 867 489	159 017 606

Apesar desta rubrica apresentar um decréscimo de 3,2 milhões de euros face ao exercício anterior, de referir a diminuição bastante acentuada nos outros credores (10,6 milhões de euros), que é compensada pelo aumento dos saldos de credores por acréscimo de gastos (7,6 milhões de euros).

Relativamente aos outros credores a diminuição é explicada pela regularização da dívida no final de 2020, com a empresa Infraestruturas de Portugal.

A variação que se observa nos credores por acréscimos de gastos é justificada essencialmente pelo incremento nos valores especializados com juros de financiamento a liquidar.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada Eurofima conforme já identificado na nota 10.

Fornecedores (nota 26)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Fornecedores c/c		
Gerais	6 720 969	10 091 252
Facturas em receção e conferência	719 605	267 189
	7 440 574	10 358 441

Em 31 de dezembro de 2020 e comparativamente ao período homólogo do ano anterior constata-se, a diminuição do saldo global da rubrica de fornecedores.

Adiantamentos de clientes (nota 27)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Adiantamentos de clientes		
Cientes Fernave	374 000	374 000
	374 000	374 000

Mantem-se ativo o contrato, celebrado em 2014, de promessa compra e venda do DUAT do prédio denominado "Talhão nº 262" que a Fernave detém em Moçambique e para o qual foi recebido um sinal no montante de 374 mil euros.

Vendas e Serviços Prestados (nota 28)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Prestações de serviços		
Passageiros líquido de descontos e abatimentos	1 50 899 240	273 849 969
Manutenção e reparação de material circulante	15 475 069	21 622 533
Outros	7 326 174	8 910 780
Total	173 700 483	304 383 282

Destacamos a diminuição registada na prestação de serviços do Grupo CP, com uma redução na prestação de serviços de passageiros, em cerca de 123 milhões de euros, em resultado da pandemia provocada pelo COVID 19. Este impacto negativo foi ainda agravado com a contribuição dos restantes serviços, essencialmente dos serviços de manutenção e reparação, onde se verifica uma variação negativa de 6 milhões de euros.

Subsídios à Exploração (nota 29)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2020 e 2019:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Subsídios à exploração:		
Indemnizações compensatórias	-	40 000 000
Contrato de serviço público	88 101 529	
Formação IEFP	-	3 543
Subsídios Shift2Rail	25 855	4 472
Total	88 127 384	40 008 015

De acordo com o previsto no Diário da República n.º 177/2019, série I de 16 de setembro, o Grupo recebeu em 2019, o montante de 40 milhões de euros de indemnizações compensatórias.

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Assim, decorrente da formalização do contrato, foram pagas à CP, em 2020, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado, sem prejuízo de eventuais acertos que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 30)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	356 591	1 591 428
Outros	191 579	-
Total	548 170	1 591 428

A redução dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta da redução dos resultados das empresas do Grupo, nomeadamente da TIP e da OTLIS.

Variação nos inventários da produção (nota 31)

	(valores em euros)	
	2020	2019
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	3 935 258	748 036
Produtos e trabalhos em curso	793 346	
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	748 036	851 777
	3 980 568	(103 741)

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 12 - Inventários.

Trabalhos para a própria entidade (nota 32)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2020	2019
Trabalhos para a própria entidade - Ativos fixos tangíveis em curso	14 047 696	11 263 629
Total	14 047 696	11 263 629

Os trabalhos realizados para a própria entidade respeitam a manutenção e reparação de material circulante, nomeadamente as reparações periódicas do tipo R1 e R2.

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 33)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2020	2019
Mercadorias	316	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22 695 225	26 425 843
	22 695 541	26 425 843

O decréscimo no valor de 3,7 milhões de euros resulta da redução do gasto com consumo de combustível, na ordem dos 1,8 milhões de euros, que se deveu em grande medida à diminuição das prestações de serviço de transporte ferroviário de passageiros, mas também da redução do consumo de materiais para a prestação de serviços de manutenção e reparação de material circulante, na ordem dos 1,3 milhões de euros, factos relacionados com a situação de pandemia provocada pelo COVID 19.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 34)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Conta	Designação	(valores em euros)	
		2020	2019
621	Subcontratos	24 654 762	29 352 900
622/626	Trabalhos especializados e outros (Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	85 006 343	89 468 629
623	Materiais	13 712	708 415
624	Energia e fluidos	20 686 781	25 187 692
625	Deslocações, estadas e transportes	674 191	3 600 574
		131 035 790	148 318 210

Em 2020, verificou-se uma diminuição na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 17,3 milhões de euros. Para esta redução contribuíram, fundamentalmente:

- A redução de gastos registada nos subcontratos em 4,7 milhões de euros, onde se destaca a redução de 3,5 milhões de euros decorrentes do acordo CP Renfe;
- A situação de pandemia e a inerente diminuição essencialmente dos serviços de transporte de passageiros, refletiu-se num decréscimo dos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura, que rondou os 6,4 milhões de euros, e com eletricidade, de cerca de 4 milhões de euros;

De salientar ainda a redução dos gastos com deslocações, estadas e transportes em 2,9 milhões de euros.

Gastos com Pessoal (nota 35)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	585 001	535 354
Remunerações do pessoal	108 666 936	106 224 706
Indemnizações	139 875	1 189 415
Encargos sobre remunerações	24 320 129	23 979 161
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	4 011 807	3 957 706
Gastos de ação social	302 051	419 112
Outros gastos com o pessoal	399 167	556 143
	138 424 966	136 861 597

O aumento nos gastos com pessoal que se verifica comparativamente a 2019, resulta essencialmente da implementação dos Acordos de Empresa.

De salientar também a diminuição dos gastos com indemnizações, em função do número de rescisões por mútuo acordo ter diminuído em comparação com o período homólogo.

Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 36)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Perdas		
Em investimentos financeiros	(42 904)	
Ativos não correntes detidos para venda	-	(679 963)
Reversões		
De investimentos financeiros	-	4 140
Ativos não correntes detidos para venda	3 485 991	214 574
	3 443 087	(461 249)

Em 2020 regista-se uma reversão das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis de cerca de 3,5 milhões de euros, que resulta essencialmente da recuperação para o serviço de transporte de passageiros de material circulante que se encontrava inoperacional.

Outros Rendimentos (nota 37)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Rendimentos suplementares	3 454 334	6 666 774
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 477	1 465
Ganhos em inventários	13 625	131 601
Restantes ativos financeiros	1 656 483	1 846 715
Investimentos não financeiros	38 914	499 400
Outros	16 150 648	12 914 999
	21 315 481	22 060 954

A rubrica de outros rendimentos apresenta uma redução muito ligeira comparativamente ao período homólogo, no valor de 0,7 milhões de euros, para o qual contribuiu fundamentalmente:

- A redução de rendimentos suplementares, no montante de 3,2 milhões de euros, com especial enfoque na concessão de instalações e na venda de cartões para passes e assinaturas, por via da diminuição dos serviços de transporte de passageiros em resultado da pandemia COVID-19;
- O impacto negativo referido no ponto anterior foi compensado com o aumento da rubrica de outros, com o reconhecimento do excesso de estimativa de imposto do grupo, no valor de 1,5 milhões de euros, e com a devolução de impostos que haviam sido retidos indevidamente ao grupo pela Autoridade Tributária entre os exercícios de 2000 a 2003, no montante de 0,7 milhões de euros.

Outros Gastos (nota 38)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Impostos	324 553	254 432
Dívidas incobráveis	-	4 685
Perdas em inventários	118 536	152 374
Investimentos não financeiros	52 461	236 274
Outros	7 766 372	7 757 831
	8 261 922	8 405 596

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 39)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	59 164 536	53 844 808
Ativos intangíveis	84 960	104 170
IFRS 16	1 685 605	1 670 734
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-	9 703
Ativos intangíveis	-	-
	60 935 101	55 610 009

Esta rubrica regista um aumento nas amortizações/depreciações de ativos fixos tangíveis, em resultado da reclassificação de algum material circulante, de ativo não corrente detido para venda para ativo fixo tangível, decorrente da sua reafecção à atividade comercial, com o conseqüente reconhecimento das depreciações pelo tempo decorrido desde a sua classificação em ativo não corrente detido para venda.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 40)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Perdas		
Ativos fixos tangíveis		
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	548 477	814 416
Total	548 477	814 416

O valor registado em 2020 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante (locomotivas).

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 41)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Juros obtidos	6 216	192 287
	6 216	192 287

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 42)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Juros suportados	28 946 337	53 121 883
Outros gastos e perdas	1 959 829	2 984 697
	30 906 166	56 106 580

No exercício de 2020, a rubrica de juros e encargos financeiros suportados regista uma diminuição de cerca de 25,2 milhões de euros em comparação com o período homólogo que decorre fundamentalmente da redução do passivo remunerado do Grupo CP, bem como aos níveis historicamente baixos que se verificam nas taxas de juro de mercado.

Garantias e Avais (nota 43)

	(valores em euros)
Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP:	
- Pelo Estado	56 333 333

	(valores em euros)
Garantias e fianças prestadas pelo Grupo CP:	
- A favor de terceiros	3 666 202

Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)

A Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.700 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

Acontecimentos Relevantes Após a Data da demonstração da posição financeira (nota 45)

De referir os seguintes acontecimentos:

- Nesta data não são ainda possíveis de quantificar a totalidade dos impactos adicionais que a pandemia provocada pelo vírus COVID-19 pode vir a provocar no Grupo CP, decorrente da imprevisibilidade da manutenção desta situação. De salientar, no entanto, a manutenção da forte quebra na utilização do transporte ferroviário, no 1º trimestre do ano, com impacto direto nos réditos do Grupo.
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.
- O Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, estabelece no seu artigo 12.º, a dissolução e liquidação da OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A. C. E., com a constituição das empresas previstas no referido decreto-lei e respetivo registo comercial. Tendo, em 23 de dezembro de 2020, o Tribunal de Contas emitido visto prévio favorável à constituição da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A., a Área Metropolitana de Lisboa (AML) outorgou a escritura pública de constituição da TML, com produção de efeitos em 17 de fevereiro de 2021 (data da transmissão). Assim, por força do artigo 12.º do Decreto-lei referido, teve lugar na data da transmissão a transmissão global do património da OTLIS para a TML, devendo a AML ou a TML acordar com os Membros da OTLIS ou com os seus liquidatários a contrapartida pela referida transmissão.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 545.314.634 euros e um total de capital próprio negativo de 1.871.963.910 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 95.656.465 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

O Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018 e 2019, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2020, um total de capital próprio negativo de 1.871.963.910 euros.

Conforme referido na nota 29 do anexo, em 28 de novembro de 2019, o contrato de serviço público foi assinado entre o Estado e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., o qual foi posteriormente visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Assim, decorrente da formalização do contrato, foram pagas ao Grupo, em 2020, as compensações financeiras acordadas com o Estado.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Decorrente da pandemia COVID-19, o Grupo deverá continuar a aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e demonstrações financeiras consolidadas futuras. Conforme referido na nota 45 do anexo, não é conhecida qualquer situação que pudesse originar ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas em análise ou que colocasse em causa a continuidade do Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
---	--

Reconhecimento do Rédito

O rédito dos serviços prestados pelo Grupo, que incluem essencialmente o transporte de passageiros e a manutenção e reparação de material circulante, em 31 de dezembro de 2020, ascendeu a 173.700.483 euros, conforme divulgado na nota 28.

O risco do reconhecimento do rédito está relacionado, por um lado, com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, e por outro, com o nível de julgamento da Administração na determinação do grau de acabamento dos serviços em curso à data do balanço, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita;
- teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade;
- análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das obras em curso;
- análise dos ajustamentos efectuados ao rédito no final do ano; e
- identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.

Imparidade dos ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 3.631.106 euros, conforme divulgado na nota 6.

O apuramento da imparidade realizado pelo Grupo assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação daquele que se encontra obsoleto,

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- análise dos critérios definidos pelo Grupo para identificação do material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
- análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;
- análise dos principais movimentos das



e por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

- imparidades registadas no ano;
- d) indagação junto da gestão do Grupo; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades nas notas anexas.

Provisões

As provisões apresentam um saldo de 15.646.965 euros, em 31 de dezembro de 2020, conforme divulgado na nota 23.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.

A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo atuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nas restantes provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos do Grupo.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
- b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
- c) indagação junto da área jurídica e da gestão do Grupo;
- d) obtenção e apreciação do estudo atuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões no anexo.

Imparidade dos inventários

Os inventários, que em 31 de dezembro de 2020 ascendem a 36.631.813 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, o Grupo detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 12), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;
- b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo;
- c) teste aos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa das perdas de imparidade em inventários;
- d) análise dos principais movimentos ocorridos no ano;
- e) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior; e
- f) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade nas notas anexas.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, e da demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares



aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira consolidada prevista no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

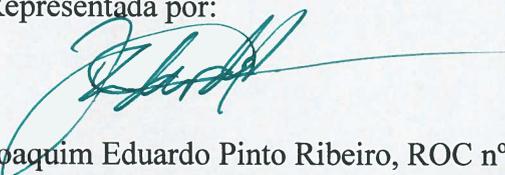
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Grupo pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E, realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos ainda nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de agosto de 2020 para o ano de 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 16 de junho de 2021

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015
Registado na CMVM com o nº 20160630



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Relatório e Contas Consolidadas 2020

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 545.314.634 euros e um total de capital próprio negativo de 1.871.963.910 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 95.656.465 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES

Conforme mencionado no ponto 7 do Relatório de Gestão, os Relatórios e Contas do Grupo referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 ainda não se encontram formalmente aprovados pela Tutela.

Salientamos ainda que o Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2020, um total de capital próprio negativo de 1.871.963.910 euros. O total do ativo corrente (93.504.782 euros) é substancialmente inferior ao total do passivo corrente (2.011.318.055 euros), sendo o grau de endividamento elevado, conforme nota 24 do anexo. Tratando-se de uma E.P.E., com relevantes obrigações inerentes ao serviço público que presta, o financiamento da atividade encontra-se maioritariamente suportado por capitais do Estado Português.

Conforme referido na nota 29 do anexo, em 28 de novembro de 2019, o contrato de serviço público foi assinado entre o Estado e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., o qual foi posteriormente visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Assim, decorrente da formalização do contrato, foram pagas ao Grupo, em 2020, as compensações financeiras acordadas com o Estado.

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado Covid-19, como pandemia. A disseminação da doença provocou uma contração súbita da atividade económica, com impactos significativos a nível nacional e internacional, e efeitos negativos nas perspetivas de evolução futuras da economia. Os efeitos decorrentes deste acontecimento para a atividade do Grupo encontram-se divulgados na nota 45 do anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda (Divulgações relacionadas com as notas 3, 6 e 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
Em 31 de dezembro de 2020, o valor contabilístico de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda ascendia a 409.137 milhares de euros e 2.703 milhares de euros, respetivamente. Conforme divulgado na nota 3, o Grupo reconhece perdas por imparidade quando o valor recuperável de um determinado ativo se revela inferior ao seu valor contabilístico.	Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros: i) análise dos critérios definidos pelo Grupo para identificação de material circulante com rotação reduzida ou obsoleto, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir o valor dos ativos ao seu valor de realização; ii) obtenção do suporte ao cálculo da imparidade

<p>Os testes de imparidade realizados pelo Grupo assentam em validações preparadas pelos responsáveis operacionais que têm por base diversos pressupostos e critérios definidos pelo Grupo, nomeadamente a rotação do material circulante e expectativa de vida útil remanescente associada à operação, o que nos leva a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p> <p>Decorrente do seu processo de análise, o Grupo apresenta, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, perdas por imparidade acumuladas de 3.631 milhares de euros em relação aos ativos fixos tangíveis (Nota 6) e 4.189 milhares de euros aos ativos não correntes detidos para venda (Nota 17).</p>	<p>efetuado pela gestão, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico;</p> <p>iii) revisão dos movimentos ocorridos no ano na rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda;</p> <p>iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão; e</p> <p>v) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</p>
--	--

Reconhecimento do Rédito (Divulgações relacionadas com a notas 3 e 28 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>O rédito resultante dos serviços prestados pelo Grupo é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros. Em 31 de dezembro de 2020, ascendeu a 173.700 milhares de euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 3 e 28 do Anexo.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado número de registos do sistema da bilhética e a sua integração na contabilidade, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <p>i) levantamento e análise do desenho e implementação do processo e controlos relevantes no ciclo da receita;</p> <p>ii) realização de diversos procedimentos analíticos, incluindo a análise de evoluções mensais por tipologia de serviços e a comparação com os valores de exercícios anteriores; e</p> <p>iii) execução de procedimentos específicos de validação do correto corte de operações;</p> <p>iv) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</p>

Valorização das provisões (Divulgações relacionadas com as notas 3 e 23 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de provisões apresenta um saldo de 15.647 milhares de euros, correspondendo 4.325 milhares de euros a processos judiciais em curso e acidentes ferroviários e 11.322 milhares de euros a acidentes de trabalho e doenças profissionais e outros riscos e encargos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 3 e 23 do Anexo.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <p>i) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões;</p> <p>ii) obtenção e análise das listagens de processos judiciais em curso em que o Grupo se encontra envolvida através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados que prestam serviços ao</p>

<p>A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais é suportada por um estudo atuarial preparado por peritos atuariais independentes contratados pelo Grupo.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade de julgamento quanto aos pressupostos utilizados na avaliação do montante das responsabilidades e do desfecho provável dos processos judiciais em curso, assim como, na determinação das responsabilidades relacionadas com acidentes de trabalho e doenças profissionais (estudo atuarial preparado por peritos independentes), levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Grupo;</p> <p>iii) indagação junto da área jurídica do Grupo quanto à adequabilidade dos julgamentos efetuados sobre processos judiciais em curso;</p> <p>iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão;</p> <p>v) obtenção e leitura do estudo preparado pelos peritos independentes para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais;</p> <p>vi) avaliação da razoabilidade dos pressupostos atuariais utilizados para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho; e</p> <p>vii) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</p>
---	---

<p align="center">Imparidade dos inventários (Divulgações relacionadas com as notas 3 e 12 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p>	
<p align="center">Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</p>	<p align="center">Síntese da abordagem de auditoria</p>
<p>Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de inventários apresenta um valor de 36.632 milhares de euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 3 e 12 do Anexo.</p> <p>Os inventários são constituídos essencialmente por peças a serem usadas em intervenções de manutenção e reparação no material circulante próprio e no material circulante de clientes externos, bem como por peças reparadas (rotáveis), retiradas do material circulante, para posterior reparação e aplicação em séries ativas e fabricos próprios.</p> <p>Quer a materialidade dos inventários, quer a estimativa das imparidades associada (vide nota 12 do Anexo), conduz a que esta rubrica seja por nós classificada como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <p>i) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;</p> <p>ii) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo;</p> <p>iii) análise dos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa da imparidade dos inventários;</p> <p>iv) análise dos principais movimentos da imparidade ocorridos no ano; e</p> <p>v) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade do anexo.</p>



RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão e da demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a



esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas

matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE A DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais. Tal como se encontra divulgado no ponto 3 do Relatório de Gestão, a respetiva publicação no sítio na Internet, só ocorrerá após a publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão, circunstância que não se tendo verificado à data, impossibilita o cumprimento do prazo legal previsto para o efeito.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas do Grupo pela primeira vez por despacho a 16 de maio de 2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, na ausência da ocorrência de nova designação.
- Através de despacho de 24 de junho de 2021, foi nomeado novo Revisor Oficial de Contas, esclarecendo o mesmo despacho que a referida nomeação apenas produz efeito após o fim da certificação das contas individuais e consolidadas de 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 7 de julho de 2021;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 07 de julho de 2021

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1.056

Relatório e Contas Consolidadas 2020

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS 2020 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP ou Grupo CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2020.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)³ e as informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria⁴, e, ainda, as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2020, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPÉ;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa⁵, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2020. A CP, a empresa-mãe do Grupo CP, encontra-se inserida na lista das entidades que integram as Administrações Públicas, estando integrada num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.
- Em 1 de janeiro de 2020, a CP passou a incorporar a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF), em consonância com o determinado no

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Datada de 7 de julho de 2021.

⁴ Igualmente datada de 7 de julho de 2021, apresentado ao CF nos termos previstos do artigo 11.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e do artigo 24.º, n.º 1 e n.º 2, do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

⁵ Assinadas em 17 de junho de 2020.

CONSELHO FISCAL

Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, tendo a CP sucedido em todos os direitos e obrigações legais e contratuais daquela empresa;

- O ano de 2020 foi fortemente influenciado pelos efeitos da pandemia pelo vírus SARS-COVID 19 e pela declaração do estado de emergência em 22 de março de 2020. Esta situação provocou uma forte retração na economia e, conseqüentemente, na procura dos serviços da CP;
- O Contrato de Serviço Público assinado em 28/11/2019 entre o Estado e a CP, produziu efeitos com o visto do Tribunal de Contas em 26/06/2020, o que permitiu que se iniciasse o pagamento das compensações financeiras previstas;
- Cabe ainda referir que se encontram por aprovar o Relatório e Contas do Grupo CP dos anos de 2016 a 2019, situação esta que foi evidenciada como uma ênfase tanto na certificação legal das contas como no relatório de auditoria externa.

É neste contexto que são apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do Grupo CP, como se de uma única entidade se tratasse.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Durante o ano de 2020, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- i) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o ROC;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Elaboração dos pareceres sobre os relatório e contas individuais e consolidadas referentes a 2019;
- v) Participação em reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- vi) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2020;
- vii) Emissão de pareceres sobre a obtenção de financiamentos junto da banca comercial e da DGTF;
- viii) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre a celebração de um contrato de comodato com uma autarquia local, tendo o como objeto um imóvel que integra o domínio público ferroviário;
- ix) Realização do procedimento e apresentação da respetiva proposta de nomeação de ROC/SROC para o exercício de funções de auditoria na CP, para o mandato 2020-2022, em conformidade com a deliberação deste órgão de fiscalização, de 9 de novembro de 2020.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas dos seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

Neste contexto, a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2020, direta e maioritariamente, as seguintes empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações encontram-se reconhecidas pelo método da consolidação integral:

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), detida pela CP em 100%, com o capital social - 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 6,2% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade⁶;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;

A CP detém, direta ou indiretamente através das suas empresas subsidiárias conforme supra referido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa⁷.

⁶ Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

⁷ Designadamente da OTLIS, ACE, e do TIP, ACE, que são entidades que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.

CONSELHO FISCAL

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Grupo CP, em 2020, ascendeu a cerca de -95,7 milhões de euros, representando um agravamento de 82%, em relação ao resultado no ano anterior que ascendeu a -52,5 milhões de euros.

O agravamento verificado resultou, essencialmente, da quebra registada dos rendimentos provenientes das prestações de serviços, em particular, de passageiros, em cerca de -123 milhões de euros decorrente da quebra na procura dos serviços da CP em virtude da pandemia por COVID 19.

Esta diminuição de rendimentos foi parcialmente compensada pelo aumento dos subsídios à exploração, no valor de 48,1 M€, na sequência do visto do Tribunal de Contas ao contrato de Obrigações de Serviço Público, bem como pela redução de algumas rubricas de gastos, designadamente de FSE.

O EBITDA das atividades core ascendeu a cerca de -3,1 milhões de euros, constituindo um agravamento significativo relativamente a 2019 cujo valor ascendeu a + 58,8 milhões de euros.

O resultado operacional do Grupo, em 2020, foi de cerca de -64,4 milhões de euros, o que representou um agravamento de cerca de 68,9 milhões de euros, justificado, conforme anteriormente referido, pelos efeitos da pandemia de COVID 19, mas, igualmente, pelo impacto das variações registadas na demonstração de resultados da CP, conforme assinalado no parecer das contas individuais, em particular, na variação das imparidades registadas, aspeto igualmente mencionado na página 50 do Relatório e Contas Consolidado.

Ao nível do resultado financeiro do Grupo registou-se uma melhoria face ao verificado em 2019, de cerca de 25 milhões, fundamentado, essencialmente, pelo facto da dívida média remunerada da CP, em 2019, ser superior, à de 2020, pese embora, em termos nominais, a dívida registada no final de 2020 apresente um acréscimo de cerca de 65 milhões de euros, face ao valor verificado no ano transato.

Relativamente ao Balanço do Grupo, assinala-se um acréscimo do passivo em cerca de 44,8 milhões de euros, decorrente, essencialmente, do aumento da contração de dívida da CP junto da DGTF. De destacar, ainda, uma redução do ativo, em cerca de 50,6 milhões de euros, fundamentado, em grande parte, pela diminuição dos ativos fixos tangíveis, em cerca de 28,7 milhões de euros, face ao impacto das depreciações destes ativos, sem compensação com novos investimentos, bem como da diminuição da rubrica de clientes e outros créditos a receber, face ao maior grau de cobrança, sem prejuízo da CP ter constituído imparidades para registar a perda estimada do valor em dívida relativo à comparticipação de passes sociais.

Assinala-se, ainda, uma redução do capital próprio do Grupo, em cerca de 95,4 milhões de euros, situando-se, no final de 2020, em cerca de - 1.871,9 milhões de euros, decorrente, principalmente, do efeito dos resultados transitados e do agravamento do resultado líquido do período.

No final de 2020, o Ativo do Grupo CP ascendia a cerca de 545,3 milhões de euros (-8% relativamente a 2019), o Capital próprio a - 1.871,9 milhões de e euros (- 5%) e o Passivo a cerca de 2.417,3 milhões de euros (+2 %).

CONSELHO FISCAL

Assim, e em face do agravamento dos indicadores económico- financeiros, a estrutura financeira do Grupo CP continua a registar grandes desequilíbrios, dos quais se destaca o facto do total do passivo representar cerca de quatro vezes mais o valor do total do ativo, bem como os capitais próprios negativos decorrentes de prejuízos sucessivamente acumulados ao longo dos anos.

4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP⁸, destaca-se o seguinte:

- **FERNAVE**

A FERNAVE após a reestruturação em 2019, reunia as condições necessárias para a sua expansão. No entanto, devido à pandemia a sua atividade foi severamente reduzida, tendo apresentado um resultado líquido positivo de 244 milhares de euros, representando uma quebra de 33% em relação ao ano anterior, em resultado da diminuição das vendas e prestações de serviços (23%), compensado pelo decréscimo dos gastos com FSE (28,6%).

Neste contexto, o resultado operacional da FERNAVE foi de 270,5 milhares de euros, e o EBITDA de 274,8 milhares de euros

A empresa terminou o ano de 2020 com 9 trabalhadores, o mesmo número que em 2019.

- **ECOSAÚDE**

Tal como em todas as empresas do Grupo, a Ecosaúde em 2020 foi também afetada pelos efeitos da Pandemia COVID 19, sendo, no entanto, compensada pela contratação por parte da CP de serviços extraordinários relacionados com a criação da linha médica de atendimento permanente, a testagem de trabalhadores e a realização de higienizações.

Assim, no final de 2020 a empresa apurou um resultado líquido de 192 milhares de euros, com um EBITDA de 297 milhares de euros e um resultado operacional positivo de 263,5 milhares de euros.

Em termos de recursos humanos, a empresa contava, no final de 2020, com 25 trabalhadores do quadro, menos 1 face ao ano anterior.

- **SAROS**

Em linha com os efeitos da pandemia, na SAROS verificou-se uma redução nas vendas e serviços prestados de 4,3% (20,7 milhares de euros).

O resultado líquido cifrou-se nos 389 milhares de euros, inferior em 4% em relação ao ano anterior. O resultado operacional e o EBITDA tiveram uma quebra de 4,2% (20,9 milhares de euros), situando-se nos 476,6 milhares de euros.

5. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. e do Relatório dos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira,

⁸ Relativamente às empresas subsidiárias da CP.

CONSELHO FISCAL

Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., com os quais concordamos, tendo os mesmos sido considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2020, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases, bem como as matérias relevantes de auditoria mencionadas tanto na Certificação Legal das Contas como no Relatório dos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2020, atentas as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no Relatório dos auditores externos.

Lisboa, 15 de julho de 2021.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

António Farinha Simão

Os Vogais,

Teresa Costa

Cristina Freire

